

ARTESÃS DO CONHECIMENTO

DEPOIMENTOS DE PESQUISADORAS INDÍGENAS

ORG. PRISCILA FAULHABER

CAROLINA CAMARGO DE JESUS POTIGUARA

FRANCISCA NAVANTINO PARECI

JACYARA COSTA MACIEL TABAJARA

LÉIA DA SILVA RAMOS MACUXI

MARCINÉIA SANTOS TUPINAMBÁ

MARIA AUXILIADORA CORDEIRO DA SILVA BARÉ

MISLENE MENDES TICUNA

ROSI WAIKHON

SANDRA BENITES GUARANY

TAYSE SILVA POTIGUARA

VANESSA WATANABE (RAPANUI)



ABA PUBLICAÇÕES



Elaboração

PRISCILA FAULHABER

Coordenação Editorial

MARIANE MARTINS

Depoimentos

CAROLINA CAMARGO DE JESUS POTIGUARA

FRANCISCA NAVANTINO PARECI

JACYARA COSTA MACIEL TABAJARA

LÉIA DA SILVA RAMOS MACUXI

MARCINÉIA SANTOS TUPINAMBÁ

MARIA AUXILIADORA CORDEIRO DA SILVA BARÉ

MISLENE MENDES TICUNA

ROSI WAIKHON

SANDRA BENITES GUARANY

TAYSE SILVA POTIGUARA

VANESSA WATANABE (RAPANUI)

Revisão

ALINE MAGALHÃES

JOSÉ FONTENELE

RUTH MONSERRAT

Projeto Gráfico

MARIANE MARTINS

COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS DA ABA – CELCA

Coordenador: **CARLOS ALBERTO STEIL - UFRGS, UNICAMP**

ANTÔNIO CARLOS MOTTA DE LIMA - UFPE

BERNARDO FONSECA MACHADO - UNICAMP

NATHANAEL ARAÚJO DA SILVA - UNICAMP

RODRIGO TONIOL - UFRJ

TÂNIA WELTER - INSTITUTO EGON SCHADEN

Conselho Editorial

ANDREA ZHOURI - UFMG

ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO - UNICAMP

CARLA COSTA TEIXEIRA - UNB

CARLOS GUILHERME OCTAVIANO VALLE - UFRN

CRISTIANA BASTOS - ICS/UNIVERSIDADE DE LISBOA

CYNTHIA ANDERSEN SARTI - UNIFESP

FABIO MURA - UFPB

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA - UFPEL

MARIA LUIZA GARNELO PEREIRA - FIOCRUZ/AM

MARÍA GABRIELA LUGONES - CÓRDOBA/ARGENTINA

MARISTELA DE PAULA ANDRADE - UFMA

MÓNICA LOURDES FRANCH GUTIÉRREZ - UFPB

PATRÍCIA MELO SAMPAIO - UFAM

RUBEN GEORGE OLIVEN - UFRGS

WILSON TRAJANO FILHO - UNB

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA DIRETORIA

MANDATO 2021-2022

Presidente

PATRICIA BIRMAN - UERJ

Vice-Presidente

CORNELIA ECKERT - UFRGS

Secretaria Geral

CARLA COSTA TEIXEIRA - UNB

Secretaria Adjunta

CARLY BARBOZA MACHADO - UFRRJ

Tesoureira

ANDREA DE SOUZA LOBO - UNB

Tesoureiro Adjunto

CAMILO ALBUQUERQUE DE BRAZ - UFG

Diretor

FABIO MURA - UFPB

Diretora

PATRÍCIA MARIA PORTELA NUNES - UEMA

Diretor

JOÃO FREDERICO RICKLI - UFPR

Diretora

LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS - UFG

www.portal.abant.org.br

UNB - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa norte

Prédio do ICS - Instituto de Ciências Sociais

Térreo - Sala AT-41/29 - Brasília/DF CEP: 70910-900

ARTESÃS DO CONHECIMENTO

DEPOIMENTOS DE PESQUISADORAS INDÍGENAS

ORG: PRISCILA FAULHABER

CAROLINA CAMARGO DE JESUS POTIGUARA

FRANCISCA NAVANTINO PARECI

JACYARA COSTA MACIEL TABAJARA

LÉIA DA SILVA RAMOS MACUXI

MARCINÉIA SANTOS TUPINAMBÁ

MARIA AUXILIADORA CORDEIRO DA SILVA BARÉ

MISLENE MENDES TICUNA

ROSI WAIKHON

SANDRA BENITES GUARANY

TAYSE SILVA POTIGUARA

VANESSA WATANABE (RAPANUI)

FICHA CATALOGRÁFICA – LIVRO DIGITAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bianca Mara Souza – Bibliotecária - CRB-14/1587

A786

Artesãs do conhecimento : depoimentos de pesquisadoras indígenas / organização de Priscila Faulhaber. -- Brasília : ABA Publicações, 2023.

148 p. : PDF ; 1,1 MB.

Inclui introdução

Teor testemunhal

Testemunhos de universitárias indígenas.

ISBN 978-65-87289-22-9

1. Antropologia. 2. Pesquisadoras indígenas. 3. Universidade brasileira. I. Faulhaber, Priscila. II. Oliveira, Mariane Martins de. III. Monserrat, Ruth. VI. Magalhães, Aline Moreira. V. Fontenele, José. VI. Título.

DOI Livro 10.48006/978-65-87289-22-9

CDD 306.089

SUMÁRIO

Introdução	
PRISCILA FAULHABER	12
Agradecimentos	15
Depoimentos	
CAROLINA CAMARGO DE JESUS POTIGUARA	16
FRANCISCA NAVANTINO PARECI	28
JACYARA COSTA MACIEL TABAJARA	42
LÉIA DA SILVA RAMOS MACUXI	56
MARCINÉIA SANTOS TUPINAMBÁ	70
MARIA AUXILIADORA CORDEIRO DA SILVA BARÉ	80
MISLENE MENDES TICUNA	88
ROSI WAIKHON	104
SANDRA BENITES GUARANY	116
TAYSE SILVA POTIGUARA	130
Contraponto	
VANESSA WATANABE (RAPANUI)	140
Teor Testemunhal e Roteiro	
PRISCILA FAULHABER	144

INTRODUÇÃO

Trajетórias de pesquisadoras indígenas entre a margem da cidadania e o reconhecimento acadêmico

Priscila Faulhaber¹

Apresentam-se neste livro dez depoimentos de líderes indígenas brasileiras que cursaram universidade e pós-graduação no Brasil, tendo algumas delas formação complementar em outros países. Como testemunhos, estabelecem reflexões sobre suas práticas como indígenas que chegaram à universidade, embora muitas vezes tenham ficado às margens do campo acadêmico, sem deixar, contudo, de estar vinculadas a seu meio e seus contextos de procedência. Estes materiais são relevantes, quando se considera a histórica violência envolvendo os povos indígenas em geral e as mulheres em particular.

A amostra inicial, com três estudantes do PPGAS da UFAM, ampliou-se com indicações de outras estudantes por colegas que as conheceram em condições semelhantes, como ensino, atividades de pesquisa, elaboração de projetos e avaliações acadêmicas. Entrei em contato com cerca de trinta pessoas, apenas um terço enviou seu texto. Para a edição do livro final, recebemos também o texto de Vanessa Watanabe, sobre a história e a herança patrimonial Rapanui (na chamada Ilha de Páscoa), que se incorpora como contraponto, tocando problemas que não se circunscrevem ao solo nacional, mas a ele correlatos.

Com a intenção de aprofundar o diálogo com essas estudantes, elaborei um roteiro - incluído ao fim deste livro - de caráter qualitativo esquematizando pontos importantes para o entendimento

¹ Pesquisadora da Coordenação de História da Ciência do MAST, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq(1D). Professora do PPG-PMUS (UNIRIO MAST) e do PPGAS (UFAM).

de sua condição de mulher. Este esquema inicial, além de indagar dados biográficos sobre a proveniência étnica e familiar, bem como a trajetória pessoal, estudantil e profissional, formulou questões voltadas ao esclarecimento da visão delas sobre legislação indigenista, especificamente com relação à tutela. Daí derivaram-se indagações sobre como elas situam nesta política os problemas de cultura, autoria e patrimônio.

Apresentei o roteiro apenas como sugestão, destacando que cada autora teria toda a liberdade de tocar nos pontos que lhes aprouvessem, sem necessidade de seguir rigidamente qualquer estrutura prévia. Os subtítulos dos depoimentos devem ser vistos como destaques para leitura, sem que necessariamente todas as autoras tenham incorporado os tópicos sugeridos.

Devido à divisão de trabalho que historicamente tem relegado a mulher ao trabalho doméstico, os homens indígenas, em geral, tiveram maior inserção nas sociedades nacionais. Apesar disso, hoje muitas mulheres desempenham papéis na educação escolar (bilíngue ou não), no sistema de saúde, como agentes de apoio, atuação na FUNAI, organizações indigenistas alternativas ou como profissionais especializadas em outras áreas. As funções de professora, de enfermeira ou de secretária são bastante recorrentes, embora possam exercer outras ocupações qualificadas, bem como as de dirigentes em áreas administrativas ou políticas.

A maioria optou por apresentar o depoimento de forma escrita. Todavia, algumas preferiram marcar entrevistas para conversar sobre assuntos que envolviam emoções, tabus, que consideravam mais difícil colocar no papel. O depoimento pessoal muitas vezes é feito em tom de cumplicidade, e nem tudo pode ser registrado verbalmente. Caberá ao leitor deduzir, elucidar e reelaborar os implícitos, o que cabe nas entrelinhas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho iniciou com a sugestão de Angelina Peralva para submeter projeto à Cátedra América Latina do Institut Pluridisciplinaire pour les Études sur les Amériques à Toulouse (IPEAT), da Universidade de Toulouse Jean Jaurès. Contemplada na submissão pude, em novembro e dezembro 2016, interagir com estudantes e professores dessa universidade, a quem agradeço nas pessoas de Marie Agnès Palaisi, do IPEAT e Francis Dupuy, do departamento de antropologia desta instigante universidade. Ressalto também o apoio de Afrânio Raul Garcia Jr, que me acolheu em seminário do Centre de recherches sur le Brésil colonial et contemporain da École de Hautes Études en Sciences Sociales - (CRBC/EHESS). Devo lembrar, igualmente, o apoio de Philippe Léna, Esther Katz e Pascale de Robert. Além de todas as pessoas listadas na presente edição (entre elas Mariane Martins, Ruth Monserrat e Aline Magalhães), relevo o trabalho de Sônia Plácido e Hannah da Cunha Cavalcanti, que participou da revisão inicial, como bolsista PCI/MAST em 2016 e 2017. Não posso deixar de mencionar todos os colegas da Coordenação de História da Ciência do MAST que compreenderam a contribuição do pensamento indígena à área disciplinar em que trabalhamos. Em especial, acentuo a acolhida de Tania Welter e Carlos Alberto Steil, da Comissão Editorial de Livros Científicos da Associação Brasileira de Antropologia, bem como a do Diretor do MAST, Márcio Rangel, por apoiar esta publicação.

CAROLINA CAMARGO DE JESUS

POVO:

POTIGUARA - GUARABIRA, PARAÍBA

NASCIMENTO:

1983

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO (PPGAS/MN/UFRJ)**

HISTÓRIA DE VIDA

Sou Carolina Camargo de Jesus, remanescente do povo paraibano Potiguara. Minha avó, Áurea Moura de Camargo, é originária do mesmo povo, nascida e criada na região de Maciel, próximo à cidade de Guarabira na região da Paraíba, nordeste brasileiro, trabalhadora das roças de mandioca e das casas de farinha, um passado que marcou a minha trajetória de vida.

Motivada por minha mãe, fui estudar e fazer faculdade porque sonhava em ser professora. Com muito esforço, consegui concluir a graduação em História na UFF (RJ).

ESTUDOS

Durante a faculdade, fui levada pelos professores a debruçar-me sobre a realidade dos povos indígenas brasileiros e latino-americanos, principalmente sobre suas lutas, conflitos, memórias, patrimônios e conquistas.

Junto de indígenas de diversos povos indígenas brasileiros, fiz parte do grupo fundador do movimento social indígena urbano Aldeia Maracanã. Fui ajudando o grupo, composto por 17 etnias, a construir valores e dialogar com as Universidades do Estado do Rio de Janeiro, UFF, UERJ, Universidade Católica de Petrópolis (RJ), e também participei da criação do estatuto de duas associações indígenas construindo e desenvolvendo projetos educativos e culturais.

Com os saberes acadêmicos, mais os saberes tradicionais indígenas e os saberes transmitidos por meus avós, consegui escrever as muitas linhas da minha monografia, “O Canto do Tamoio”, e produzi um documentário, “O Retorno da Arara Amarela”, em

2009, que mostrou o processo de tomada do território pelos povos indígenas que se encontravam no Rio de Janeiro, ocupando espaços na cidade e reivindicando seus territórios no enfrentamento, disputa e diálogo com o Estado e suas políticas públicas, para que atendessem às populações indígenas e suas demandas. Eu tinha um grande interesse em documentar, registrar toda a movimentação que os indígenas estavam promovendo no espaço da cidade do Rio de Janeiro.

Hoje estão sendo valorizados os saberes tradicionais dos povos indígenas, por conta da introdução da lei 11.645/2008, que vem sendo aplicada em diversas instituições de ensino do Brasil, museus, centros culturais, escolas de educação básica, universidades etc.. Dentro deste contexto, estou atuando como educadora indígena através dos cursos para os quais sou convidada a oferecer palestras, e também nas oficinas e diálogos com governantes, atuando como educadora para que seja cumprida a lei acima citada.

Sob orientação do Professor Doutor Cezar Honorato, do Departamento de História da UFF, escrevi meu trabalho de final de curso e me interessei muito pelos movimentos de resistência à colonização. Em minha monografia, busquei demonstrar que a historiografia produzida sobre os povos indígenas do período da colonização não era suficiente para cobrir aquela totalidade. Ou seja, encontrei espaços vazios, porque com uma pesquisa baseada somente na perspectiva dos viajantes, cronistas e missionários do período do descobrimento, não era possível alcançar a realidade indígena daquela época. Buscando novos horizontes, fui pesquisar registros e vozes dos indígenas do período, mas encontrei muito pouco material. Procurei, no Movimento Indígena do Rio de Janeiro, lideranças indígenas como José Guajajara, Dona Lidia

Guarani, Cacique Darcy Tupã, Cacique Carlos Tukano, Cacique Pataxó, Dauá Puri, Pajé Tobi Itaúna, Pajé Sapaim Kamayurá, Caciques e Pajés Fulniô, entre outros, que juntos lutavam pela retomada dos territórios tradicionais e pela preservação da memória dos povos indígenas que habitaram o litoral do sudeste e do sul do Brasil.

A minha percepção da ancestralidade foi sendo despertada no primeiro contato com o grupo de indígenas que gritavam e organizavam reuniões sobre as ocupações que iriam ocorrer no espaço urbano. Lembro-me de uma força que me levava a estar dentro destas batalhas: eram os meus antepassados. Vivenciei isso durante as diversas cerimônias no espaço da Aldeia Maracanã e na Aldeia TEKOA MBOY TY ou “aldeia das sementes”, hoje Aldeia Ka’aguy Ovy Porã, em Maricá (RJ). Na presença dos pajés Guajajaras, lembro-me de ter vivenciado uma experiência mágica e própria da cultura indígena: o ritual da menina moça. Foi na Aldeia Maracanã, encantada e preenchida de histórias, que ganhei um nome indígena, Zawara Hu, “a filha da onça”, e, ao lado de diversas etnias e lideranças, lutei pela revitalização de um espaço de memória para os povos indígenas brasileiros.

Conviver com as lideranças indígenas que planejaram todo o processo de ocupação dos territórios com muita luta, foi importante para todos. De fato, os espaços foram ocupados com a presença indígena, seja em aldeamentos, como foi o caso de Cambinhas, seja no espaço da Aldeia Maracanã, reivindicando a revitalização de um patrimônio público que um dia abrigou a memória dos povos indígenas, como quando ali funcionou o S.P.I., e depois o antigo Museu do Índio. Estava aí presente, fazendo valer os direitos das populações indígenas, garantindo o justo

acesso e inserção destas populações que se encontravam no espaço urbano. Eu participei de todo o processo, desde o planejamento e a elaboração até a manutenção dos projetos que estavam sendo desenvolvidos. Saímos do silêncio, do isolamento. Estava presente ao lado de grandes líderes, ajudando a construir sonhos e a manter a articulação e movimentação do grupo composto por 17 etnias.

Em 2008, motivado pelas políticas públicas culturais que buscavam fomentar registros culturais para atender às necessidades dos diversos movimentos sociais do Rio de Janeiro, o GT de Cultura da Aldeia Maracanã decide se inscrever na chamada pública da Secretaria Estadual de Cultura, modalidade Registro de Tradição Oral. Fomos vitoriosos. A secretaria se interessou por nosso projeto, no qual fiquei responsável pela parte burocrática de inscrição e redação, e também participei no filme produzido intitulado “O Retorno da Arara Amarela”. Na obra foram registrados os cantos sagrados, as lendas e as vozes das lideranças que coordenavam o projeto, mais os anseios e expectativas do grupo de indígenas diante da forte ameaça de demolição do antigo prédio do Museu do Índio.

Acreditando no potencial da escola como um espaço libertador para os mais oprimidos, como bem escreveu Paulo Freire, uni os saberes adquiridos na universidade e os saberes indígenas e fui integrar o grupo de professores da Escola Indígena Amba Porã, dentro da aldeia indígena Guarani, no bairro de Camboinhas, em Niterói (RJ). Nesse espaço, ofereci aulas de Português, leitura em Português e História para as crianças e os jovens Guarani que demonstravam o interesse e a necessidade de vivenciar saberes e conhecimentos do universo do Juruá. A escola contava com o apoio institucional da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, que fornecia alimentos, material didático e professores para suprir as

necessidades mais imediatas da comunidade Guarani, que havia ocupado o território em volta da lagoa de ITAIPU.

Ao longo do período em que estava na graduação, integrei projetos de pesquisa de autoria dos historiadores Ricardo Maranhão e Cláudio Kahs, acompanhei a equipe francesa que esteve no Brasil para roteirizar a produção cinematográfica “Vermelho Brasil”, ou “Rouge Brésil”. Além disso, em 2008 atuei na pesquisa de Ricardo Maranhão, realizando o levantamento de fontes sobre Pero Lopes de Souza em missão na América Portuguesa, para a produção do livro “Diário de bordo de Pero Lopes de Souza”.

Desde 2011, atuo com o grupo de pesquisadores do Programa de Pesquisas e Estudos das Religiões (PROEPER) - UERJ, no programa de estudos dos povos indígenas, contribuindo e apresentando a temática indígena em cursos, palestras e seminários coordenados pelas professoras Telma Simoni da Gama e Edna Maria dos Santos.

No momento de saída do grupo da Aldeia Maracanã, negociamos qual seria seu destino após o processo de desocupação. Muitos jovens indígenas oriundos das aldeias do Nordeste ficaram sem muitas perspectivas, por isso fomos em busca de parceria, e pedi apoio à Coordenação do Parque Lage, em diálogo com a diretora Cláudia Saldanha. Ela decidiu conceder aos indígenas bolsas de estudo dentro da Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Participei junto com outros parentes dos cursos de Teoria da Arte e Iniciação à Fotografia, entre outros. Foi um espaço que nos acolheu e expandiu nossos horizontes, permitindo que aquela juventude da Aldeia Maracanã pudesse permanecer na cidade e dar continuidade aos seus estudos e projetos.

Participei das assembleias de fundação da Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM), na sede da fundação Darcy Ribeiro,

com a participação das etnias que vivenciaram todo o processo da Aldeia Maracanã. Com a orientação e afinação da advogada indigenista Hariessa Villas Bôas e do indigenista Tony Lotar, conseguimos fundar a Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM), onde ocupo a função de Vice-presidente. Um dos nossos objetivos é cuidar e dar atendimento aos povos indígenas que vivem em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro. Atuo ao lado de grandes guerreiros como Eliane Potiguara, Afonso Apurinã, Daua Puri e outros guerreiros e guerreiras que têm como sonho comum criar o Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas, na sede do antigo prédio do Museu do Índio – Aldeia Maracanã –, no RJ. Faço parte ainda da Rede Grumin de Mulheres Indígenas – RJ, junto com a Coordenadora Eliane Potiguara.

No ano de 2014, ao lado da professora Dinah Papi de Guimaraens, fui chamada para integrar o curso de Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF, desenvolvendo o curso “Arquitetura Bioclimática”. Trabalhei na construção do “Canteiro Experimental” no espaço da UFF, oferecendo aulas e contribuindo para a criação de um curso de graduação que trabalhe com a questão indígena no espaço da universidade pública. Nesse mesmo contexto, o MEC e diversas universidades públicas de todo o Brasil debateram e incluíram a temática indígena como uma forma de saber no espaço acadêmico. Essas universidades inseriram em suas grades curriculares cursos de graduação, especializações e pós-graduação em Cultura e Educação Indígena, para que pudessem atender às necessidades dos indígenas e formar educadores, e atuarem nas salas de aulas e esferas institucionais

Levamos para a sala de aula os saberes e a utilização e manejo do sapê, do bambu, das casas de sopapo, junto com os povos

Kamaiurá, Aweti, Yawalapiti, sob a coordenação dos pajés Sapaim Kamaiurá e Ianaculá Rodarte. Levantamos a Oca Kamaiurá dentro do campus da praia vermelha da UFF, com o objetivo de tornar aquele espaço uma sala de aula para os alunos que estavam estudando e pesquisando sobre bioconstruções, com o uso do bambu, sapê, fibras vegetais, chão de terra, técnica do “adobe” (tijolo feito de barro) etc..

Infelizmente, nossa oca teve que ser removida do local por questões políticas. No entanto, continuamos acreditando nas construções dos povos indígenas como espaços de saber e encaminhamos a OCA HOK para o espaço da UNIRIO, para lá continuar a ser desenvolvido o curso de Arquitetura Bioclimática, sob coordenação da Professora Doutora Dinah Papi de Guimaraens e do Professor Doutor Zeca Ligieiro.

Sob a orientação da professora Dinah Papi de Guimaraens, organizamos seminários que debatiam a estética indígena, as manifestações culturais e as representações de patrimônio destas populações. Sempre com um olhar atento e cuidadoso, Dinah realizou toda a curadoria dos seminários ao lado de Duda Penteadó e Guilherme Werlang, ambos professores e artistas, no espaço do MAC, em Niterói, nos anos de 2014 e 2015. Como fruto desse trabalho, produzimos um livro, “A Estética Transcultural na Universidade Latino Americana”, publicado pela EDUFF. Esta produção contém um artigo de minha autoria: “Antes Ocas de Palha, hoje Teias de Concreto”, cuja temática trata dos indígenas em contexto urbano.

Em 2014, fui convidada pelas professoras Dinah e Norma Lima para integrar o grupo de professores que atuaria no curso de pós-graduação presencial na Universidade Católica de Petrópolis,

apresentando um programa de curso que trata da Matriz Étnica Indígena, abordando a lei 11.645-2008 e a aplicação dela na prática e no cotidiano escolar. À frente da turma de formação de professores do FUNCEFET – IPETEC, estimei os alunos a produzirem uma rica documentação sobre a experiência vivida por cada um na questão indígena. O Seminário de Pesquisa “Minha avó foi pega a laço” foi o tema proposto para a turma dissertar acerca da ancestralidade indígena vivida por muitos brasileiros. Como arte-educadora e contadora de histórias, desenvolvi diversas oficinas para o público infanto-juvenil.

Também naquele ano, em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, realizamos uma caravana de Oficinas Culturais dentro dos espaços das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, apresentando um repertório baseado na história de contato do povo Tupinambá com os colonizadores: índios protagonizando a difícil batalha em defesa dos seus territórios originais. Desde a Aldeia Maracanã, apresentei em meu repertório as histórias do povo Tupinambá do recôncavo da Guanabara, do século XVI até o seu final. Na esfera da narrativa dos contos, mitos e lendas, fui construindo o meu repertório de histórias, ao som dos cantos dos Torés dos povos do Nordeste, fui cantando e reencantando a cidade do Rio de Janeiro e Niterói, nas Oficinas de Cantos e Contos Indígenas, em espaços como Museu do Índio (Botafogo), Campo de São Bento (Niterói), Parque Lage (RJ), Museu Janete Costa (Ingá, em Niterói), e recentemente o Museu de Astronomia e Ciências Afins, onde apresentei oficinas de Contação de Histórias Indígenas.

No início do ano de 2017, ingressei no Curso de Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas do Museu Nacional (UFRJ), tendo

como objetivo dar continuidade à minha trajetória no magistério. Tive meu projeto de pesquisa contemplado e passei na seleção oficial e na entrevista, sob coordenação da Professora Marília Lopes da Costa Facó Soares, abordando a temática das Línguas Indígenas que sofreram perdas linguísticas por motivo de contato.

No curso de mestrado oferecido pelo PROFLIND, aprofundei os meus estudos de registrar e documentar esta trajetória de luta e superação do meu povo e das outras etnias existentes aqui no estado do Rio de Janeiro. Quero ajudar a defender e fortalecer a luta de meu povo, que a cada dia se autoafirma indígena, que tem orgulho de dizer que é indígena mesmo com todo o preconceito, e a defender territórios e saberes ameaçados. Através das ferramentas da escrita etnográfica, quero poder registrar e entrelaçar os saberes indígenas com os conceitos já criados pela Antropologia, História e a Sociologia. Quero pensar junto aos diversos autores que se debruçaram sobre esta temática e autores que lutaram ao lado dos povos indígenas brasileiros, como Darcy Ribeiro, e aqueles que, com carinho e respeito, tecem suas linhas na escrita acadêmica, como Dinah de Guimaraens, Mariana Paladino, José Bessa Freire e outros.

Após o contato com a literatura sobre Línguas Indígenas e Educação Escolar Indígena, mais especificamente com o ensino e a aprendizagem do método Bilíngue, neste caso específico, as Escolas Indígenas, fui descobrindo uma linha de pesquisa e de ação pedagógica mais coerente com a realidade dos povos indígenas, tanto do meu povo quanto dos povos Guarani que se encontram no estado do Rio de Janeiro, com o qual vinha desenvolvendo uma relação de contato. No início de 2018, fui convidada a integrar a Gerência de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação do Município de Maricá, onde trabalho na equipe de

coordenação pedagógica das Escolas Indígenas do Município de Maricá, tendo a oportunidade de inserir os conteúdos mínimos obrigatórios da Educação Bilíngue indígena, neste caso trabalhando com as comunidades indígenas Guarani Mbyá.

Sou mãe de dois filhos: Áurea Rosa e Nuno, que nasceram durante a luta em defesa do antigo prédio do Museu do Índio – Aldeia Maracanã.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus antepassados e à minha família e amigos, em especial aos meus avôs e bisavôs, que permitiram que eu trilhasse um caminho de luz e vitórias, ao som dos cantos de reza e proteção, aos bijus, aos cachimbos e maracás que abriram os caminhos para que eu acreditasse nos meus estudos.

FRANCISCA NAVANTINO

POVO:

PARESÍ – MÉDIO NORTE DE MT

NASCIMENTO:

1960

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**DOUTORA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO (PPGAS/MN/UFRJ)**

HISTÓRIA DE VIDA

Meu pai (in memoriam) era indígena Paresi, e minha mãe, mestiça Bororo. Parte de nossos parentes reside na aldeia e outra na cidade. Somos do grupo de Waimaré/Kaxiniti que a comissão rondoniana recrutou para trabalhar junto às linhas telegráficas no território Paresi. Nos estudos realizados por antropólogos, fomos considerados como “índios de Rondon”, uma referência a esse processo de contato e suas relações de trabalho. Muitas famílias foram retiradas para trabalhar em várias frentes de construção das linhas telegráficas, e assim se constituíram como trabalhadores da comissão. Meu pai só veio para a cidade quando estava doente e velho, com a idade de 61 anos, quando conheceu a minha mãe. Tiveram duas filhas: eu e minha irmã. Antes, na vida na aldeia, foi casado duas vezes, e devido a uma assolação de epidemias, suas esposas morreram juntamente com os filhos. Por isso, a vinda para a cidade lhe deu a oportunidade de conhecer a minha mãe. Viveram 14 anos e depois, em 1967, ele veio a falecer.

SER MULHER

De certa forma, as mulheres indígenas nos últimos anos tiveram conquistas significativas na luta pelos direitos indígenas. Uma biografia é formada a partir do legado que você constrói ao longo da vida; os frutos do seu trabalho, positivos ou negativos, vêm daquilo que você plantou, independente se você é mulher ou não. Hoje temos mais engajamento na luta do movimento indígena. Meu engajamento vem desde a década de 1980 e iniciou-se com a luta pela terra, na demarcação, e depois na educação escolar indígena. Me tornei militante a partir de uma proposta de luta coletiva.

O olhar da mulher é diferenciado no mundo acadêmico. Mas de certa forma existe uma interferência nas escolhas que se faz nessa trajetória. No meu caso, sempre optei por tomar decisões que tragam benefícios coletivos para nós indígenas e nas nossas comunidades. A questão feminina no contexto indígena é a luta das mulheres pelo bem-estar do povo, de conquistas pelo território, da melhoria na saúde, na educação. O combate à violência contra a mulher tem sido a bandeira de luta dentro e fora das aldeias. O reconhecimento e respeito pelos seus saberes e conhecimentos na sua condição feminina, fazem parte da riqueza cultural de cada povo.

TRAJETÓRIA

Segui no campo da militância no movimento indígena nacional e estadual e na educação escolar indígena. O líder Haliti-Paresi, Daniel Matenho Cabixi, era um educador intelectual e professor. Foi meu mestre e orientador na luta e na defesa dos nossos direitos. Por isso, participei de processos de conquistas pela demarcação das terras, da melhoria da saúde e educação. E como já estava na carreira da educação, segui o caminho pela luta por uma educação escolar específica e diferenciada, conforme asseguram a Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996). Depois, no desdobramento das políticas, abracei a formação de professores indígenas, que no meu estado se iniciou em 1996 com projetos específicos na formação de magistério e depois no Ensino Superior. Hoje temos duas universidades que atendem a demandas por formação de ensino superior indígena: a UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), com vagas nos cursos de bacharelado, e a UNEMAT (Universidade Estadual

de Mato Grosso). Estive sempre ao lado das lideranças que me antecederam e que foram protagonistas nas conquistas. Entendo que a luta está se intensificando cada vez mais, exatamente pelo avanço nas legislações, que necessitam ser consolidadas. Ainda temos uma longa caminhada pela frente!

ESTUDOS

Desde pequena fui colocada na escola e dei continuidade aos estudos por incentivo da família. E quando entrei no movimento, vi a importância dos estudos como forma de qualificar a luta e principalmente na defesa do direito indígena para a consolidação da Constituição Federal. Por isso, dei continuidade até a pós-graduação no doutorado, pois os desafios são constantes no campo intelectual, e nesse sentido meus estudos servirão como subsídios de políticas de direito na educação escolar indígena. Assim como os demais parentes que se dedicam aos estudos de pesquisa, na militância, abordando temas de interesse dos povos, e que fortalecem a luta e as conquistas, mas, sobretudo, as políticas de direito. Minha carreira foi sugerida pela minha mãe quando concluí o magistério, e, tão logo ingressei como professora efetiva da rede estadual de ensino, abracei a causa da educação. No entanto, na luta do movimento indígena, segui a pauta por uma educação específica e diferenciada. É na carreira do magistério que venho contribuindo por essa consolidação, principalmente porque participei da Constituinte e sei da importância que tem cada etapa da luta. Muitas lideranças nossas já se foram, no entanto deixaram seu legado para as gerações futuras.

Da graduação até a pós-graduação, o meu foco de pesquisa foi sempre buscar respostas aos problemas encontrados na educa-

ção, na questão territorial e na consolidação das legislações. Educação, território, formação de professores, políticas públicas e o sistema de ensino. São abordagens que estão na pauta de demandas da educação escolar. Vejo como necessárias essas pesquisas, pois tivemos avanços na década de 1990, e depois retrocessos por 12 anos na educação escolar indígena em Mato Grosso. Tanto que vários povos estão recorrendo ao Ministério Público para que se cumpram as ações assumidas pelos governos. Hoje estamos na construção de uma política de educação escolar indígena em Mato Grosso. Para isso, o segmento educacional indígena, através do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, está acompanhando o diagnóstico que as escolas e os professores vêm produzindo para subsidiar essa proposta.

Minha pesquisa é intitulada “Política, Cultura, Escola, Currículo: uma etnografia da educação indígena nos contextos da educação escolar indígena”. Trata-se de um estudo sobre a escola indígena, focando em 5 escolas que avançaram nas práticas pedagógicas e nas metodologias diferenciadas, mesmo diante de políticas universalizantes de um estado que ainda não reconheceu a riqueza da diversidade cultural. Depois de mais de 20 anos do primeiro curso de formação diferenciada e específica, é uma forma de dar visibilidade às iniciativas das comunidades indígenas e suas escolas, valorizar as propostas pedagógicas exitosas na educação e os trabalhos dos professores indígenas.

Quero dar continuidade às pesquisas, assessorar as escolas indígenas, o movimento indígena, e dar continuidade à militância, bem como o devido retorno às comunidades indígenas nas conquistas pessoais e coletivas. Me considero um soldado de luta em defesa da consolidação dos direitos conquistados na Constitui-

ção Federal de 1988, principalmente nesse momento de ameaça a esses direitos.

O POVO HALITI-PARESÍ

Os Haliti-Paresí habitam um vasto chapadão arenoso e árido, cortado por rios que correm para o norte em direção ao rio Amazonas, e para o sul em direção ao rio Paraguai. É uma sociedade indígena falante da língua Aruak. Se autodenominam halíti, que significa “gente, povo, em oposição aos animais”. O mito da origem Halíti está ligado à criação do mundo, “... à abertura de uma rocha que propiciou a saída de um grupo de irmãos do mundo subterrâneo onde viviam para habitar o mundo situado acima, que viria a ser o mundo dos Halíti...”¹.

Conforme contam os nossos velhos sábios, a entidade mítica Wazáre é percebida como ordenadora e conhecedora do novo mundo, que denominou as cabeceiras dos rios, os pássaros, as árvores e as flores. O mundo existia antes de Wazáre chegar, porém com ele pôde ser apreendido cognitivamente e habitado pelos halíti. Após o processo de humanização dos heróis míticos que ocorreu com a participação dos seres do mundo animal e vegetal, nasceram seres completamente humanos, que são: os Kozárini, Kaxíniti, Waímare, Káwali e Warére. Wazáre destina a cada irmão um território, sendo a territorialidade o critério definidor dos distintos grupos sociais que habitam a vasta região. Os Halíti-Paresí formam várias aldeias espalhadas por esse vasto território. Atualmente, meu povo luta pela sua autonomia, sustentabilidade e principalmente pelo fortalecimento cultural, político e econômico.

¹ <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pares%C3%AD>

Vejo o meu povo numa luta constante para se consolidar no seu projeto de autonomia, de garantia de seus direitos, mesmo na condição que vive no entorno, ladeado de fazendas, de latifundiários, de empreendimentos governamentais e não governamentais. Nesse sentido, nos últimos tempos houve uma grande aliança entre os povos que habitam as vizinhanças do território Halíti-Paresí, na defesa do seu território, e principalmente nas demandas comuns entre esses povos. As nossas lideranças com os quais convivi como João Arezomaré, Daniel Matenho Cabixi, João Titi e Antonio Zunizare, deixaram seus legados de vida, de esperança e de coletividade. As relações interétnicas estão sempre pautadas nos objetivos comuns, os pactos entre os povos são recorrentes em relação à defesa dos interesses coletivos. Como povo guerreiro, temos um histórico de luta, de resistência e de autonomia política.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Diante da situação em que vivem os povos indígenas do Brasil, seus direitos conquistados a duras penas estão sob ameaça. Penso que a política indigenista terá que se atualizar de acordo com a realidade sociocultural e política dos povos indígenas. Há uma defasagem nas políticas de governos, que são ineficazes e não atendem os direitos e nem as demandas. Outra questão é o descaso que temos, mesmo à luz das legislações vigentes, com governos que as ignoram e cometem as mais absurdas atrocidades contra nós, indígenas. Mudanças que desrespeitam a convenção 169/OIT (Organização Internacional do Trabalho) trazem insegurança e mal-estar nas comunidades. Outro problema é que a política indige-

nista está descentralizada nos órgãos públicos, e a maioria dessas instituições não tem formação para lidar com a diversidade étnica. Nesse aspecto, a política indigenista e os governos não investiram na capacitação e formação de gestores para atendimento. O que vimos foram ações pontuais e bastante limitadas, que não tiveram continuidade nos governos seguintes.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é um órgão indigenista que representa o estado brasileiro, mas os governantes muitas vezes desenvolvem ações contraditórias ao seu papel de defender os direitos indígenas. A história da instituição nem sempre foi favorável aos povos, e ela é construída pela ação de pessoas comprometidas com a nossa causa, ou não. Tivemos esperança no projeto de reestruturação do órgão, que prometia melhoria no atendimento. No entanto, a FUNAI está passando pela mesma situação de descaso, pois o governo quer extinguir o órgão, contrariando a própria Constituição Federal de 1988. Com a desculpa de economizar os gastos públicos, o governo quer simplesmente diminuir os recursos destinados à proteção aos direitos indígenas, descumprindo seu papel estatal. Por outro lado, o próprio governo desconsidera que a FUNAI é o único órgão do estado brasileiro que a Constituição Federal determinou e assegurou sua missão institucional junto ao poder público.

E quando digo governos, são aqueles desde os tempos da Constituição até os dias atuais, que deveriam zelar e implantar políticas asseguradas pela Constituição Federal (1988). O que vimos é o desmonte da carta magna, políticas universalizantes, e desrespeito às leis brasileiras e internacionais. E a FUNAI ficou refém dessas incompetências políticas, até mesmo de presidentes despreparados que estiveram à frente do órgão, desqualificados que fizeram reestruturações às “avessas” na FUNAI, extinguindo setores da

instituição que cumpram seu papel de apoiar iniciativas das comunidades e da educação. Por vaidade, sem uma avaliação prévia, fizeram alterações desconsiderando as propostas indígenas. Nisso, assistimos o descalabro por conta dos absurdos que começaram a acontecer, o que só piorou e deu prejuízo para o órgão.

A tutela foi extinta na Constituição Federal de 1988, agora é questão de tempo para cada povo assumir gradativamente sua autonomia e autodeterminação de acordo com a própria realidade histórica, social e política. No entanto, sabemos que existem povos que ainda não perceberam que a tutela foi juridicamente extinta. Isso se deve à forma como o assunto foi tratado pelo governo, que se eximiu de sua responsabilidade de cumprir as legislações, deixando os povos desprotegidos e sem assistência.

Quando estive na CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista), realizamos uma atualização do Estatuto do Índio, que denominamos de Estatuto dos Povos Indígenas, atendendo à realidade contemporânea. Fizemos uma campanha junto ao Congresso Nacional com os deputados federais, durante a qual foi entregue a nova versão atualizada. No entanto, passado um tempo, o governo e o Congresso engavetaram o Estatuto, enquanto outros foram aprovados, como o do idoso e dos deficientes. Tomamos conhecimento que a bancada ruralista se articulou para que o projeto fosse arquivado. Por isso, até hoje esse projeto não é colocado em votação, pois o Congresso Nacional atende apenas aos grupos dominantes de capitalistas e ruralistas, contrariando a sua própria existência, que é o povo brasileiro.

Os direitos dos povos indígenas são inalienáveis, conquistados a ferro e fogo, portanto, é uma dívida do estado brasileiro que deve ser cumprida com toda a abrangência institucional. Os primeiros

habitantes deste país não são respeitados na sua magnitude social e política, infelizmente. Os territórios indígenas são os únicos espaços desse país onde a riqueza dos saberes e conhecimentos nas relações com a natureza dão a verdadeira proteção à vida ambiental, matas, córregos, rios e à biodiversidade. O manejo sustentável com a terra na cultura indígena é uma relação milenar que assegura a continuidade da vida, os cuidados com a nossa mãe Terra fazem parte da educação. E isso não é reconhecido pelos governos e nem pela sociedade nacional.

Os movimentos são importantes e necessários, pois graças a eles temos assegurado a participação na defesa dos nossos direitos, e mostrado à sociedade a luta para que esses direitos sejam garantidos e exercidos. Com toda dificuldade, os movimentos indígenas têm se organizado e mobilizado desde os tempos dos ancestrais, a bandeira de luta tem sido sempre na perspectiva de consolidar direitos e bem-estar dos povos indígenas. De modo coletivo e organizado, com pauta definida e com benefício ao povo. As agendas das organizações indígenas têm sido construídas com os aliados e demais parceiros que vestem a camisa da defesa da nossa causa. A atuação da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) como representante e articuladora do movimento indígena brasileiro mostra a capilaridade da resistência, uma força indígena diante dos desafios que enfrentamos na luta contra a violência física e cultural.

Hoje a cidadania indígena está ameaçada pelo Congresso Nacional, que se sente no direito de decidir a vida e a morte dos povos indígenas do Brasil. Isso é preocupante diante de um país que quer ser “modelo” de desenvolvimento econômico, social, político e ético, pois os primeiros habitantes desta terra vêm gradual-

mente vivendo sob violações sucessivas, tanto no campo das leis, quanto no campo da negação da sua identidade étnica. A Constituição Federal de 1988 foi o maior marco histórico de reparação das atrocidades cometidas pelos colonizadores aos povos indígenas do Brasil. E era para os governantes pós-constituente darem continuidade ao processo de implementação das prerrogativas da Constituição Federal 1988, principalmente aprovar o Estatuto dos povos indígenas. No entanto, o que temos visto desde a homologação é o desmonte dos direitos indígenas, o esquecimento, o descaso e a omissão diante da dilapidação que tem sido a pauta do Congresso. Vemos o país e o Congresso que era a “casa do povo” nessa situação caótica. E a omissão diante das violações continua neste governo.

A conquista de um espaço que dialoga com o governo, garantindo a participação efetiva dos povos indígenas, sempre foi a luta e o desejo de todos os indígenas e indigenistas. Em 2006, a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista foi recebida com satisfação pelos povos. A missão dessa comissão foi elaborar as diretrizes e propor o Projeto de Lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, e atualizar o Estatuto dos povos indígenas. Ao governo caberia enviar ao Congresso Nacional para os procedimentos de tramitação, até a aprovação final. Isso não aconteceu, pois foi arquivado e o governo não respondeu a esta demanda de fundamental importância para os povos indígenas. Naquele momento, o cenário para o governo levar adiante a aprovação do Projeto de Lei da CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista) e do Estatuto, era favorável, apesar da bancada ruralista e evangélica ser maioria, mas o governo não priorizou essa matéria. E a perspectiva nos dias atuais é zero, diante do contex-

to político do governo e do Congresso Nacional, mesmo após o CNPI ter sido instalado em 27/04/2016, por meio do Decreto nº 8.593, em 17/12/2015.

PATRIMÔNIOS

Existem pesquisadores e pesquisadores, mas o perfil ideal para atuar é aquele que apresenta compromisso de retorno à comunidade que pesquisa, onde os resultados são socializados, bem como os benefícios dos conhecimentos científicos compartilhados de acordo com os interesses coletivos.

Geralmente as empresas têm por finalidade o lucro. No entanto, sei que as empresas são classificadas de acordo com suas atividades econômicas e sua constituição jurídica. No caso de atuação entre os povos indígenas, as empresas devem prestar serviços atendendo aos interesses coletivos da comunidade.

Como faço parte do movimento de mulheres indígenas do meu estado, tenho visto o trabalho das artesãs e até dos artesãos indígenas, que com criatividade elaboram as suas joias da natureza. Os artesanatos são parte da arte indígena, representam o simbolismo, o sagrado, são o patrimônio cultural de um povo. Nos currículos escolares, as artes vêm sendo trabalhadas pedagogicamente na valorização dos saberes produzidos pela cultura. A escola tem este papel social de dar visibilidade às atividades produtivas no campo da fabricação dos artesanatos.

A educação faz parte do patrimônio cultural dos povos, e nesse sentido, já me sinto inserida nesse campo. Como luta coletiva, faço o possível para lutar pela melhoria e pela consolidação das

conquistas nessa área, e na busca de políticas de direito que contemplem as demandas das comunidades e suas escolas. Cada vitória nesse campo é a minha também, e com isso fortaleço a luta coletiva de todos nós.

Como historiadora, tive acesso a museus, e um dos primeiros que visitei foi o da UFMT, o Museu Rondon (quando estudava Licenciatura em História), onde se preserva o acervo de vários povos da região e da América Latina. Considero os museus como fonte de conhecimento, de investigação científica e acadêmica, onde a memória histórica é narrada através dos objetos expostos ao público, que cumprem suas funções sociais de transmitir a história de geração a geração. É um espaço importante para a formação das pessoas, principalmente aqueles que querem conhecer a história do lugar, dos povos e do mundo. É um espaço de interação das histórias, da memória e do conhecimento transmitidos pelos objetos expostos.

A mulher é importante nesses campos, pois ela tem um olhar mais apurado nos detalhes. Por isso, vejo como relevante sua participação nesse trabalho de conservação, preservação da memória histórica, oral e de coleções de objetos que contam a vida de um lugar, de um povo, ou de uma cidade. O lugar da mulher deve ser em todos os campos, pois só assim a sociedade fará jus à sua participação como complemento dos saberes da humanidade.

A produção cultural como profissão ainda não é difundida entre nosso povo, mas existem grupos que divulgam e atuam como apresentadores das danças e da música. E como são conhecimentos tradicionais, os jovens participam, o que significa que a riqueza patrimonial produzida pelos antepassados é transmitida de geração a geração. Nós, Halití-Paresí, temos orgulho desta

herança, e por isso, os eventos culturais são definidos por aqueles que irão desenvolver atividades de valorização da nossa cultura.

Se as sociedades nacionais valorizam o patrimônio indígena dos primeiros habitantes, vejo como um aspecto positivo de respeito e reconhecimento aos saberes tradicionais. O Brasil por si só possui diversidade sociocultural e linguística, e é preciso reconhecer esse patrimônio, dar a devida visibilidade como justiça histórica. Graças a esse patrimônio o país tem um diferencial na América Latina, principalmente no tocante à extensão territorial. E nem sempre temos esse reconhecimento histórico, da nossa participação na construção desse país.

JACY TABAJARA

POVO:

TABAJARA – PARAÍBA

NASCIMENTO:

1989

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA (UFPB)**

HISTÓRIA DE VIDA

Antes de falar de mim e de minha etnia, preciso falar brevemente de minha avó, Maria Severo, mãe de meu pai, pois é, sem dúvida, por ela que eu sou Jacyara, jovem mulher indígena Tabajara da Paraíba. Ela nasceu no sítio dos Caboclos, na cidade do Conde, ficando órfã de mãe no parto, e já era órfã de pai. Foi criada pela sua avó materna, juntamente com os irmãos Tereza, Rita e Pedro. Permaneceram lá até o momento em que suas terras, conhecidas como “sítio dos órfãos”, foram esbulhadas. Com a morte de sua avó, após sucessivas violências sofridas na sua família por parte dos Lundgres, o rapto de sua irmã Tereza e o casamento de Rita, sua irmã mais velha, ela foi trazida por Rita e seu marido, João Rodrigues, para o município de João Pessoa.

Maria Severo teve 13 filhos e três casamentos, embora tenha criado as crianças sozinha. Viúva, com os 3 primeiros filhos, engravidou, em seu segundo relacionamento, de trigêmeos, um dos quais é meu pai, Paulo. Abandonada com as 6 crianças e depois que uma das trigêmeas faleceu, ela se casou com o terceiro esposo, tendo mais 7 filhos e, posteriormente, separou-se. Ela foi uma guerreira, um exemplo de mulher para mim; hoje poderia usar o termo “empoderada”, mas sei que na época não existia essa expressão.

Minha família é bem numerosa, e sempre tínhamos grandes encontros entre parentes. Esses encontros geralmente se davam nas casas dos mais velhos, minha avó Maria Severo e seus irmãos, Rita Severo e Pedro Severo. Desde sempre ouvi meus pais e tios-avôs compartilharem uma grande tristeza pelas tentativas frustradas de resgatar uma terra que era de seus pais, conquistada pela família há anos. Temiam pela violência que seus parentes sofreram. Na maioria das vezes, esses diálogos eram recheados de lembranças

de relações familiares com parentes que possivelmente já estariam mortos. De lugares, cantos, histórias e um sentimento de terem sido “tirados de seu lugar depois que sua avó foi pega a dente de cachorro na mata”. Confesso que ficava imaginando o que seria minha bisavó sendo pega a dente de cachorro, por muito tempo não a visualizava sendo caçada como uma presa fácil, e depois fui ouvindo esse termo de outras pessoas que passaram por experiências similares.

Eu fui uma dessas crianças criadas por avó. Na verdade, por avós, mas não morei na casa de Maria Severo, morei até os 17 anos, aproximadamente, com minha bisavó, avô e avó maternos; minhas avós paterna e materna eram grandes amigas e tinham um vínculo religioso muito forte. Minha avó Severo era uma mulher de grande espiritualidade e orações, muito respeitada e querida, conhecia muito sobre ervas e plantas que ajudavam a curar sua amiga, também chamada Maria, minha avó materna. Tenho dois filhos: Yuri e Yara.

Ao refletir sobre mim, confesso que tive muita dificuldade de me descrever, não é muito fácil a autoanálise e autocrítica, embora não seja essa a pretensão aqui. Particularmente, não pude deixar de fazer isso, daí a necessidade de expor um pouco das mulheres com quem convivi e as experiências que tive, pois sinto que a minha existência e luta por uma terra, por minha família e pelas mulheres estão baseadas na vida e nas ações dessa grande mulher, que é a matriarca da minha família.

Como dito antes, outros parentes também sofreram diversas violências, e assim como minha família havia procurado um meio, embora sem sucesso, de reclamar a legítima propriedade das terras esbulhadas, outros parentes também iniciaram essa árdua missão

em 2006. As lideranças, principalmente os mais velhos, e dentre esses, mulheres, as “Marias”, foram fundamentais neste processo de fortalecer a memória e transmitir os saberes e a história de nosso povo que não estava escrita nos livros. Essa busca os fez passar pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que diante das narrativas, logo viu que não poderia resolver, orientando-os a procurar a FUNAI, já que, caso a fala deles fosse verdade, se tratava de “Terras de índio”. Chegando à FUNAI, se depararam com a burocracia e as limitações da instituição, principalmente para os primeiros momentos de esclarecimento de situação fundiária e étnica. Foram logo orientados a procurar a universidade, pois se tratava de uma terra que havia pertencido ao povo Tabajara da Paraíba, que, porém, era considerado “extinto”, e que os livros de história diziam que este Povo, bem como sua existência, estavam condicionados ao passado.

Nessa oportunidade de procurar a universidade, foi feito contato com alguns professores, entre eles Estevão Palitot e Kelly Oliveira. Existia muita informação e documentos sobre os Tabajara da Paraíba que o Estevão Palitot, em suas pesquisas e trabalhos com os Potiguaras, conseguiu demarcar, onde a história dos livros terminava e nos condicionava à extinção. Era desse ponto em diante que começava a fala dos nossos mais velhos, a história de sucessivas perdas de terras, invasão, violências diversas e o silenciamento dos nossos parentes por parte da família Lundgres. Eles foram gradativamente temendo pelas próprias vidas ou indo para outra cidade, junto com os demais agricultores, lutando por um pedaço de chão para viver.

Desse momento em diante, a grande verdade veio à tona, principalmente para os mais jovens, e tudo se encaixou em nossas mentes.

Com auxílio da universidade, no ano seguinte houve um marco em nossas vidas, o momento dos parentes se reencontrarem. Minha avó Severo não conteve a emoção junto com o seu irmão e demais primos, todos idosos; muitos haviam se visto pela última vez na adolescência, em momentos bem difíceis, e acreditavam que alguns já tivessem morrido, como realmente aconteceu com outros. Aquele momento foi ímpar na vida de todos e principalmente para nós, ter a oportunidade de ver os nossos idosos cantarem, dançarem e se alegrarem, pintarem o rosto e se vestirem para dançar um Toré, ver como minha avó Maria Severo teve a oportunidade de reviver antes de falecer, e ouvir a fala dela para nós. Dali em diante, era o medo e o silêncio que estavam extintos, e nós iríamos recuperar o que era nosso por direito.

SER MULHER

Ser indígena nordestina e mulher é realmente complexo, não vou dizer que é fácil, mas para mim é um grande privilégio. Não me foi dada a oportunidade de escolha para nascer, mas na vida eu escolhi abraçar a minha história e contribuir como possível enquanto mulher na luta do meu Povo, que se soma à luta de diversos povos nesse Brasil indígena. A garra como compromisso com a nossa causa é, para mim, uma herança de minha avó, pois foi o que ela fez até o último dia de sua vida. E a luta é justa e digna: tiraram de nós a nossa língua, afastaram nossos parentes, roubaram nossa mãe Terra, mas a nós foi dada a missão de fazer valer a luta de nossos antepassados para conquistar a nossa sesmaria, o nosso território tradicional.

A realidade e a situação do meu povo são similares a diversas comunidades, sobretudo no nordeste brasileiro: são séculos de co-

lonização e silenciamento, mas também de muita existência e resistência. Não perdemos nossa cultura, nem nossas tradições e muito menos somos menos índios. Hoje nós somos diferentes, sim, dos nossos antepassados, temos um modo de vida e subsistência diferente do que gostaríamos, mas pertencemos às mesmas terras que nossos avôs. Não temos nossa terra demarcada como muitos povos, mas estamos na luta como tantos outros. Hoje são 10 anos de luta. Temos livros publicados contando a nossa história, temos duas aldeias, uma na Barra de Gramame, a Aldeia Mãe, e outra na Mata de Chica, a Aldeia Vitória, resultado de uma retomada e conflitos com atuais empresas exploradoras dos recursos naturais de nosso território reivindicado. A história fala de cinco mil indígenas Tabajara, depois da extinção, e em 2009 estava registrada no relatório a média de 750 Tabajara. Hoje já somos, em média, uns mil Tabajara autodeclarados.

Tentando trazer o olhar feminino nas questões acadêmicas, sei que há interferências pelo fato de ser mulher, no entanto eu sempre tento refletir se minhas escolhas estão me fortalecendo enquanto mulher. Ser mulher hoje ainda é um desafio, temos muitas conquistas e muito ainda para alcançar na sociedade como um todo.

Particpei de pesquisas relacionadas às políticas ambientais desenvolvidas no estado da Paraíba, e outras relacionadas à questão indígena no Brasil. Atualmente, estou pesquisando sobre redes sociais virtuais indígenas, como os indígenas estão se utilizando dessas tecnologias para se articular politicamente e trocar informações entre outras sociabilidades. Almejo conseguir um projeto que possa trabalhar com as mulheres indígenas aqui na Paraíba, tanto empoderando quanto auxiliando as mulheres a obter sua própria renda, principalmente aquelas que não têm nenhum tipo de renda.

A vida é dinâmica e, nos últimos anos, por conta da minha trajetória de luta junto às mulheres e nossas demandas, tive a oportunidade de ser Coordenadora de Políticas públicas para as mulheres no município de Conde, a 4ª cidade com mais de 10 mil habitantes mais violenta para as mulheres no Brasil, segundo o Mapa da Violência. Ser gestora de políticas públicas de uma pauta tão estigmatizada e, sobretudo, em uma sociedade extremamente machista e violenta contra as mulheres foi uma árdua missão. Conseguimos desenvolver várias estratégias e implementar diversas políticas, como: rede de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violências, construção do conselho municipal de direitos das mulheres, e principalmente a inclusão das mulheres e nossas demandas nas diversas áreas do poder público. No entanto, temos ainda um longo e árduo caminho para efetivamente assegurarmos a dignidade e os direitos das mulheres em nosso município e país.

Destaco que, em nosso estado, conseguimos formar a Articulação das Mulheres Indígenas da Paraíba –(AMIPB), que sou também uma das idealizadoras junto às parentes Potiguaras. Temos desenvolvido muitas atividades para fortalecer nossa identidade e luta indígena e empoderar as guerreiras indígenas na Paraíba.

ESTUDOS

Comecei a trabalhar fora de casa com 14 anos. Quando concluí o Ensino Médio, estava trabalhando e não tinha mais perspectiva de continuar os estudos, conciliando trabalho e escola. Veio então o contato com o pessoal da universidade e as conversas sobre antropólogos (cujos laudos eram necessários), e eu não fazia a menor ideia de quem seriam e o que faziam, a única coisa que sabia era que precisávamos de antropólogos. Pensei que poderia tentar

ser uma antropóloga, adquirir conhecimento para ajudar na luta. Era muita burocracia, entre várias dificuldades, mas depois que conheci alguns antropólogos e antropólogas, eu realmente senti uma empatia pela atividade que eles faziam. Daí eu resolvi fazer um cursinho para poder fazer o Enem, pois eu já tinha terminado o Ensino Médio há cerca de 4 anos. Saí do trabalho para poder estudar e fazer as provas, então passei e iniciei a graduação em Antropologia no final de 2011. Nesse meio tempo, trabalhei em hospital na parte administrativa, fiz um curso técnico de vigilância em saúde que me despertou para outras linhas de estudo e tive a oportunidade de trabalhar como mediadora em um museu, após participar de um projeto de exposição indígena. Antes de conhecer a antropologia, eu queria muitas coisas que não foram possíveis, mas hoje, já formada, posso dizer que estou fazendo o que quero.

O POVO TABAJARA

Meu povo por muitos anos foi considerado extinto em nosso estado. Os livros e a história da Paraíba contavam que na atualidade só havia indígenas no litoral Norte do Estado, enquanto no litoral Sul, onde sempre estivemos, fomos, na realidade, silenciados. Nossos parentes, os que conseguiram ficar em sua terra, devido aos processos de violência sofridos, passaram a se identificar apenas como caboclos, agricultores, da roça ou mesmo assentados da reforma agrária em suas próprias terras. Podemos dizer que desde então seguimos no fortalecimento de nossa identidade e narrando a continuação da história que não estava nos livros.

Os Tabajara estão nos registros da história como um povo de grandes guerreiros. Nosso Vulto, o Cacique Piragibe, recebe várias homenagens em nomes de ruas, escolas, praças, bustos erguidos pela

capital da Paraíba que ajudamos a conquistar e construir, essa que é a terceira cidade mais antiga do país e que foi capitania Real. Porém, na atualidade, enfrentamos os desafios de todos os povos indígenas desse país, que é lutar não apenas pela sua terra, mas também pela afirmação de sua existência e etnicidade. Sempre falamos em alto som, com um grito de guerra, que o POVO TABAJARA ESTÁ VIVO! “Arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nossos troncos, mas não arrancaram nossas raízes”. Lutando contra a conveniência do Estado em negar a nossa existência, foi remando contra a maré que em 2009 conseguimos o GT (grupo de trabalho) de identificação étnica, e em 2015 o GT de delimitação para demarcação de nosso território tradicional, que atualmente está em andamento, mas comprometido pela atual conjuntura política nacional.

Atualmente meu pai, Cacique Paulo Tabajara, e nossa família, está liderando a construção da terceira aldeia Tabajara no Litoral Sul da Paraíba, a Aldeia Nova Conquista na Taquara. Estamos em um processo de “autodemarcação”, ocupando nosso território tradicional em uma luta contra os inimigos da causa indígena, sobretudo contra a monocultura do bambu e a depredação de nosso meio ambiente. Estamos vivendo o reinício de nossa história, após nossa família iniciar essa busca por nossa verdade e direitos. Hoje muitos outros se juntaram ao nosso grito de que o povo Tabajara está vivo! Temos aproximadamente cem famílias, autodeclaradas indígenas Tabajara, mergulhando em sua ancestralidade e na construção de nossa comunidade. Logo as demandas por reconhecimento dos órgãos competentes e acesso aos Direitos Constitucionais de saúde e educação diferenciados têm sido intensificado porque temos nossos direitos negligenciados e violados diariamente.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Ter uma política específica para tratar das questões indígenas é sem dúvida um grande avanço, no entanto devemos romper com a grande barreira “política” que condiciona os direitos ao papel; é necessário que a política seja implementada, que saia do papel e alcance as mais diversas comunidades espalhadas pelo Brasil, atendendo a suas especificidades.

É verdade que por muito tempo a FUNAI foi alvo de críticas, e ainda é passível de duras críticas, sim, mas no atual momento, perder a FUNAI seria um retrocesso muito grande. Acredito que temos que ampliar o diálogo com esse órgão, talvez ensinar seus servidores a trabalhar com os indígenas, a ouvir mais os indígenas, bem como atuar no fortalecimento e na eficiência de suas ações. A FUNAI recebe críticas tanto de quem é contrário aos direitos indígenas quanto dos próprios indígenas, mas ela tem que atuar em prol dos indígenas, e quem assumir a presidência dessa fundação é que vai assumir ou não a responsabilidade do diálogo e as ações de implementação da política indigenista. Esse é um dilema antigo da FUNAI que contribuiu para sua fragilização. A visão paternalista e tutelar que muitos atribuem à FUNAI favorece a reprodução dos estigmas sobre os indígenas. Não somos mais tutelados, os indígenas são cidadãos e aptos a responderem por seus atos. No entanto, devem ser julgados pelos seus atos segundo os seus específicos usos e costumes, cultura e tradição. Um novo estatuto do índio deve, antes de tudo, assegurar a dignidade humana e o direito a sua diversidade e especificidade onde ela estiver, sem condicionar o índio a nenhum tipo de estereótipo e generalização, assegurando o livre exercício de sua cidadania.

Os direitos dos Povos Indígenas foram conquistados com muita luta por vários índios e indigenistas que dedicaram suas vidas a essa luta, ao direito ao território, à saúde e educação diferenciadas; está tudo escrito. Temos respaldo teórico e jurídico para reivindicar e exigir que sejamos atendidos. Mas a verdade é que, se foi uma missão árdua assegurar esses direitos constitucionalmente e também os acordos internacionais (Convenção 169 da OIT), no dia a dia do Brasil os absurdos acontecem, e se torna cada vez mais difícil assegurar esses direitos. Diariamente, nossos deputados e senadores trabalham não em defesa dos direitos constitucionais, mas em busca de meios que impeçam a nós, indígenas, de acessar os nossos direitos. A negação dos direitos dos Povos originários no Brasil é revoltante, de tanta injustiça e impunidade.

Os movimentos e organizações indígenas são um meio que nós, indígenas, utilizamos para unificar as lutas individuais e assim fortalecer uns aos outros.. Foi por meio das lideranças indígenas organizadas e unificadas que os direitos foram alcançados, e será pela união dos indígenas, observados em vários tipos de organizações, que acredito que possamos lutar. Agora, em defesa do que já conquistamos, cuidando para não perder o que custou vidas de luta e dedicação, os movimentos e organizações indígenas são os instrumentos que temos para lutar contra nossos inimigos, que em sua maioria estão no serviço e no poder público.

As principais questões, a meu ver, ainda são conquistar a autonomia, o poder e a participação. Autonomia no sentido da mulher indígena agir e expressar o que quer e pensa, bem como fazer o que sentir vontade, ter poder de decisão, participar das decisões importantes para o povo como um todo e que também lhe dizem respeito. Em minha opinião, isso é um trinômio inseparável. Na maioria das vezes, temos um ou outro; geralmente nos é dada a

participação e não o poder de decidir juntamente e/ou mesmo de pensar igual e/ou diferente e nos expressarmos. Isso teria que alcançar todas aquelas que têm o desejo de ser autônomas, ter poder e participar em todas as áreas, não apenas na política e na militância, mas em sua vida como um todo.

A questão de ser indígena enfrenta ainda muitos estereótipos, e algumas pessoas ainda condicionam o indígena ao modo de vida que os colonizadores encontraram entre os nativos há mais de 500 anos. Para muitos é difícil imaginar um indígena como médico, professor ou mesmo militar. Entre tudo o que podemos ser, nós somos cidadãos, com direitos e deveres. A questão mais complexa ainda é lidar com a diversidade e com os direitos diferenciados; o Estado brasileiro possui uma dívida histórica com os povos indígenas, e o mínimo que pode fazer é assegurar o exercício da cidadania para todos aqueles que queiram exercê-lo.

Acredito que o Conselho Indigenista seria um equipamento muito importante para os indígenas. Carecemos de um conselho consultivo, deliberativo e operante de fato, que realmente consiga fazer a mediação do diálogo e a consulta aos povos indígenas nas políticas e ações governamentais ou não, mas que afetam os indígenas. Contudo, o que vemos é um conselho recém-conquistado, em meio à conjuntura política de um governo claramente inimigo dos indígenas. É necessária muita sabedoria e estratégia para se formar um Conselho de fato democrático e representativo contra todo o retrocesso que assombra os direitos indígenas.

PATRIMÔNIOS

Os povos indígenas desde sempre foram objetos de pesquisa em diversas áreas, e as relações entre os pesquisadores e os povos são

variadas, dependendo do que o pesquisador vai fazer com o resultado. Se a pesquisa vai beneficiar o povo de alguma forma, se o pesquisador vai compartilhar o resultado com a comunidade pesquisada, se ele respeitou os indígenas durante e após a pesquisa. A meu ver, a atuação de pesquisadores atualmente é bem complexa, vários povos já foram pesquisados e não viram o resultado dessas atividades, que só beneficiaram o pesquisador, que desaparecia após a pesquisa.

Outra questão complicada é a atuação de empresas entre povos indígenas. A empresa pode ser financiadora de algum projeto, incentivar ações sem o objetivo de explorar e lucrar em cima dos indígenas, mas existem vários casos de atuação de empresas entre os indígenas que apenas exploram a comunidade.

Nós fazemos artesanatos, confeccionamos colares, brincos, pulseiras, cocar. Acredito que a diversidade cultural do Brasil é seu maior patrimônio e precisa ser preservada; nesse sentido me incluo nessa diversidade e acredito que nosso modo de vida, nossa cultura, nossas tradições devem ser mantidas e preservadas como patrimônio imaterial.

Não me vejo no campo do Museu, não como algo do passado, arado no tempo. Me veria nessa área na perspectiva educativa, de mostrar a diversidade e a dinâmica das culturas, como nós utilizávamos determinadas ferramentas para atender a necessidades específicas; e como as necessidades foram mudando, nossas ferramentas também se adaptaram às mudanças.

Para o meu povo, a produção cultural como um todo significa uma afirmação de identidade, de existência, é uma forma de expressão sem utilizar palavras. Sem dúvida, produzir cultura para nós é uma forma de manter viva nossa memória. Em toda a sociedade

há uma herança imaterial indígena, seja uma expressão, uma comida ou mesmo um modo indígena de fazer algo, que a sociedade se apropriou e não reconhece. Por outro lado, temos nossos solos sagrados, nossas ferramentas, nossos saberes, patrimônios nossos que queremos preservar. Também queremos que todas as sociedades respeitem o que nos pertence. A mulher, sem dúvida, é uma fonte de conhecimento de diversas questões, tanto materiais quanto imateriais.

LÉIA DA SILVA RAMOS MACUXI

POVO:

**MACUXI – COMUNIDADE INDÍGENA
ARAÇÁ DA SERRA - NORMANDIA,
RORAIMA**

NASCIMENTO:

1981

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**DOUTORANDA PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(UNB)**

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazonia (UFAM), graduada em Licenciatura Intercultural com habilitação em Ciências Sociais pela (UFRR); Especialista em Gestão Escolar pela (UFRR), cursista no curso da Licenciatura em Matemática pela (UERR).

HISTÓRIA DE VIDA

Sou filha de dois Macuxi; somos 9 irmãos, sendo 3 homens e 6 mulheres, contando comigo. Sou a filha mais nova da família, nasci em uma comunidade indígena chamada Pacú, do povo Macuxi, comunidade do meu pai, que está localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Normandia, no Estado de Roraima. Quando eu tinha três anos de idade, meus pais foram morar na comunidade da família da minha mãe, do povo Macuxi, chamada Contão, localizada também na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Pacaraima, no mesmo estado. Nesse ano da nossa mudança, o meu pai faleceu vítima de acidente automobilístico. A minha vida toda cresci perto da minha mãe, todos os dias recebendo conselhos de como ser mulher; aprendia como fazer as atividades da casa e da roça. Junto com todos da comunidade, participava de atividades das roças e das cozinhas comunitárias e atividades recreativas, com outras crianças, nas brincadeiras e afazeres de crianças.

Aos meus 7 anos de idade, minha mãe me matriculou na escola da comunidade, chamada Escola Estadual Fernão Dias. Foi nesse período que houve um contraste na minha vida, pois eu sabia falar mil coisas em casa com a minha mãe e meus irmãos, mas era muito tímida e não conseguia me expressar bem em Macuxi, e muito menos em Português na escola. A minha mãe fazia o máximo para eu nunca falar em Macuxi, e eu tentava falar só na língua portuguesa; eu sempre misturava as coisas na hora de falar com os professores e meus colegas. Aos poucos consegui vencer esses obstáculos, consegui concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Sempre participei da vida comunitária nas tomadas de decisões dos grupos de jovens, das atividades na igreja, nos jogos de futebol, nas brin-

cadeiras de rodas, nos trabalhos das roças, na atividade de fazer a farinha e os diversos tipos de caxiri.

Aos 17 anos de idade me casei com Josué Ramos dos Santos. Continuava morando com minha mãe, porque ela estava doente com diabetes e não demorou muito para falecer, aos 55 anos de idade. Não tivemos condições financeiras para dar toda a assistência médica. Mas dou graças a ela, que sempre quis que eu estudasse e nunca me deixou desistir dos meus estudos por situação familiar ou financeira; ela sempre dizia que “tudo aqui é difícil, mas não impossível”. Esse era o lema que ela usava para eu poder estudar. Uma frase que eu guardo sempre comigo. Em todos os desafios que encontro, essa frase me faz refletir. E me dá forças para seguir, tanto na vida familiar quanto estudantil.

Com 20 anos de idade, fui pela primeira vez trabalhar como secretária de escola, a convite do tuxaua e diretor da comunidade Araçá da Serra, que fica na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Normandia, no Estado de Roraima. Lá habitam os povos Wapichana, Macuxi, Patamona e Taurepang, com uma população de aproximadamente 412 pessoas, falantes das línguas portuguesa, Wapichana, Macuxi, Patamona, espanhol e inglês. Não gostei da experiência.

Assim que saiu a primeira seleção (ou “primeiro processo seletivo”) para ser professora, fiz, consegui ser aprovada e comecei a trabalhar na mesma comunidade. Nesse primeiro ano de trabalho, tive também o meu primeiro filho. No ano seguinte saiu o primeiro concurso do Município de Normandia, fiz para a vaga de professora e fui aprovada. A Secretaria de Educação fez a minha lotação em uma comunidade bem próxima da comunidade onde vivíamos. Passei uns dois meses trabalhando lá. Mas, graças aos líderes da-

quela comunidade, consegui uma vaga para trabalhar na própria comunidade do Araçá, com os alunos do Ensino Infantil. Mesmo sem decreto de criação, trabalhei durante quatro anos seguidos, a pedido da comunidade, na Escola Municipal de Ensino Infantil Índia Bernardina Ramos, que foi reconhecida.

Em 2004, fiz o curso de formação para professor em nível de Magistério no Programa chamado PROFORMAÇÃO, que era aos finais de semana e nas férias, em 2005. Consegui ser aprovada também no curso da Licenciatura Intercultural, com habilitação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Roraima. O curso era somente nas férias. Tendo êxito em todas as disciplinas, concluí em 2010. Nesse tempo, eu fazia um trabalho junto com todos da comunidade, procurando sempre ajudar nas reuniões comunitárias, regionais e estaduais, na parte da economia, saúde e principalmente na parte da educação, buscando sempre projetos de sustentabilidade.

Após todos os processos e vivências na comunidade indígena como mulher, professora e agora pesquisadora na comunidade, tento ser, ou melhor, entender, e sempre que possível pensar no coletivo de cada comunidade. Pois toda cultura tem suas especificidades, e temos que respeitar o outro. E tentar chegar ao consenso, o que é melhor para todos do “grupo”. Pois todos os povos Macuxi, Wapichana, Taurepang e Patamona já casaram entre si, não tem mais como fazer as separações por povos, mas sim pelas comunidades onde cada um decide morar. Buscamos meios de viver e procuramos lugares onde há escola, posto de saúde e terra boa para fazer o plantio das roças.

Na minha visão, não há como uma cultura ser melhor do que outra. Como cita o autor Roque de Barros Laraia, “A cultura é

dinâmica”. Os povos Macuxi tentam sempre fazer acordos que satisfaçam os anseios da maioria da comunidade, e tentam, nessas tomadas de decisão, resolver os seus projetos de vida, fazendo eleição para colocar os seus representantes legais, chamados de Tuxaua. Antes, isso era passado de pai para filho. Hoje, quem ganha a maior quantidade de votos, se torna “tuxaua”. Percebe-se que, depois da colonização, muita coisa mudou. Tivemos que reinventar formas de união. Cada comunidade tem suas regras e tem o poder de resolver tudo sobre seu povo, na sua comunidade.

SER MULHER

Busquei refletir sobre as atividades das mulheres indígenas da minha própria comunidade. Ali estava eu, novamente com as minhas angústias, porque descreveria a minha própria vida. Falaria sobre a minha própria história de vida. Não me conformava mais, até que um dia me deparei com muitos olhares preconceituosos sobre os povos indígenas. Isso me incentivou a escrever sobre o papel social da mulher indígena. Pois, além de ser mulher, mãe, professora, estava eu ali como pesquisadora, querendo mostrar como o meu povo era tratado e tentando buscar alternativas de vida para as futuras gerações, mostrando também que a educação indígena não tem visibilidade. Muitas coisas mudaram rápido. O acesso às leis do mundo não indígena deixou nosso povo confuso, nossos jovens cada vez mais rebeldes e preguiçosos, segundo falas de alguns pais na reunião comunitária, pois os filhos não estavam mais participando das atividades das roças, das caçadas e nem das pescarias. Não era mais como antes. A escola foi um meio de apagar as histórias de vida do nosso povo, das nossas línguas e culturas.

TRAJETÓRIA

Hoje as comunidades lutam para fortalecer nossas culturas através da escola, onde temos nosso calendário específico e diferenciado, onde todos os alunos, pais e responsáveis participam das atividades que envolvem escola e comunidade. Isso foi um grande avanço em nossas histórias. As nossas línguas maternas, o Macuxi e Wapichana, são ministradas para todas as séries na Escola Estadual Indígena Índio Gustavo Alfredo, na comunidade do Araçá da Serra.

Em 2014, iniciei dois cursos. Um porque senti a necessidade de entender melhor o meu papel de gestora de escola e para poder fazer um trabalho melhor na minha comunidade. Consegui concluir com um trabalho sobre o tema “Drogas e suas consequências na vida dos alunos”. O outro curso foi de Matemática, um curso que eu pretendo ainda defender no ano que vem, pois não me conformo de não poder enfrentar os cálculos que gostava muito de fazer quando era adolescente. Ainda não sei bem se era gosto de aprender mais e mais; foi uma forma de superar minhas expectativas sobre uns cálculos mágicos que, só na graduação, pude dividir meus anseios e diminuir minhas angústias, somar meus desejos e multiplicar a minha forma de ver o mundo.

Assim, sendo professora e vendo a necessidade da comunidade refletir sobre o futuro dos nossos filhos, tive o desejo de aprender cada vez mais. Porque para mim, ser professora é ser aquela pessoa que está sempre em busca de novos saberes e conhecimentos para ajudar o seu povo, não ficar só entre as quatro paredes da sala de aula, mas fazer parte do movimento indígena, ajudar a comunidade nas atividades juntamente com o tuxaua e sua equipe de trabalho, respeitando as regras.

Ao falar dos meus anseios de realizar os meus sonhos e superar minhas angústias, vejo que a educação é uma porta de entrada para reverter o mal que a escola nos impôs em anos anteriores e realizar meu desejo de trabalhar junto com todos os povos indígenas, independente de etnia, comunidade, cidade, estado. E assim, fui entendendo cada vez mais como podemos nos aperfeiçoar para ajudar os nossos parentes. Sempre gostei de estudar, mas hoje vejo que optar pelo curso de antropologia foi a melhor decisão que tomei. Foi a única oportunidade de poder presenciar de perto como o conhecimento é construído na visão indígena e na visão de diversos antropólogos.

No início do curso, foi muito difícil deixar toda a minha família na comunidade, acreditando primeiramente em Deus e na sorte, por não ter condições de manter os filhos e esposo perto de mim. Tive que abrir mão de trabalhos assalariados como professora, orientadora, supervisora, que fazia além da atividade de professora na comunidade, orientando estudo a nível regional, na região do Baixo Cotingo, na T.I. Raposa Serra do Sol. Atuava como supervisora no Programa de Incentivo à Docência (PIBID/UFRR), atendendo os professores de Roraima e demais estados que faziam parte do projeto. Deixei tudo para ir para Brasília, apenas estudar.

Foi a primeira vez que fui para um lugar praticamente sozinha, e fiquei na casa de amigos (Aldenora e Olavo), que me acolheram e me ajudaram com muitas informações sobre a Universidade de Brasília e em outras situações básicas, que para mim serviram muito. Foi a primeira vez que andei de ônibus sozinha. Me mantive graças à ajuda de custo do Programa do CNPq, porém não era suficiente para manter a mim e a minha família em Roraima.

No primeiro semestre, conheci o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UNB) e pude fazer três disciplinas. Fui muito entusiasmada, com muitos questionamentos e interrogações, queria sempre resolver as coisas do meu jeito. Foi muito difícil, pois eu não conseguia me concentrar nos estudos a minha preocupação estava na aprendizagem dos meus filhos; preocupações de mãe. E para completar, a falta de residência específica para os povos indígenas na Universidade, que não existe. Concorri em um edital geral, mas não consegui ser aprovada para ganhar residência.

A minha vida estava de mal a pior, eu não conseguia compartilhar minhas dificuldades com ninguém, fingia estar tudo bem, que entendia tudo, mas, no fundo, estava muito mal. Não conseguia produzir nada, todos os dias eu chorava demais, não via a hora de abandonar tudo, voltar para minha vida de professora e perto dos meus filhos e familiares. Não consegui alcançar o rendimento exigido pelo programa. Percebi que a metodologia de ensino das disciplinas ministradas por alguns professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia não atendem totalmente aos nossos anseios, porque ainda somos vistos como objeto de pesquisa. Percebi que, quando um dos nossos colegas indígenas e não indígenas falavam de suas experiências, não eram respeitados; o professor não conseguiu fazer a mediação e chegou a dizer que não tinha nada a ver com o que ele esperava. Notei que só a nossa presença já incomodava. As minhas angústias só aumentavam. Em nenhum momento tive coragem de conversar com o professor, em nenhum momento o professor me chamou para o diálogo. Tanto que, em uma das disciplinas, não consegui obter a média mínima, e recebi a notícia por e-mail. Estava no

período de férias, junto com a minha comunidade, onde avisei a todos que voltaria para a UNB para tentar superar as minhas dificuldades; se não conseguisse, eu retornaria para ajudar o meu povo novamente.

Percebo que, com a entrada de alunos indígenas nas universidades por ações afirmativas, ainda há certa resistência. Sinto que ainda somos menosprezadas, mas aos poucos compreendo como essas ideias, ou melhor, esses grupos se organizam, nesses departamentos. Não existem fórmulas de aceitação, para que possam nos acolher nas universidades. Contudo, nossos receptores precisam ser mais humanos, ter mais humildade e paciência para pôr em prática políticas voltadas à inclusão social nas universidades. O indígena, apesar de toda a dificuldade, tem um sonho, uma visão, e poderia ser ao menos respeitado.

Ainda são poucas as pessoas que enxergam o indígena como processo de construção de conhecimento, a maioria ainda tem uma visão pejorativa e preconceituosa dos indígenas. Pois sei que é difícil formular novas epistemologias para o acesso ao saber, fazer fazendo. Sei que é muito pior se achar excluído do mundo devido à sua cor, raça, e por fazer parte da minoria nessa sociedade excludente, por não ter frequentado as melhores escolas, por não saber ler e muito menos escrever como a academia espera de nós.

Após esse sufoco, busco sempre compartilhar minhas angústias e entender as ideias dos autores; e digo mais, estou tentando entender melhor a organização social urbana, o mundo do outro, pois sei que é aqui que sofremos por não sabermos nos expressar, por não conseguirmos indicar a dificuldade. Para nós, tudo aqui é ao contrário, a forma de nos relacionar com o outro, com o espaço, pois é através da oralidade que o conhecimento indígena é repas-

sado no dia a dia, os saberes dos nossos antepassados. E agora temos que seguir nesse mundo de saber expressar o pensamento de acordo com o entendimento do saber dos autores, chamado de teoria, mas que para nós é chamado de conhecimento indígena.

ESTUDOS

Em 2011, surgiu a seleção do Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM. Concorri à seleção e fui fazer o mestrado, pois sentia necessidade de aprender mais sobre meu próprio povo. Nesse momento, já havia tido os meus quatro filhos, e quando saí para estudar, minha filha estava completando um aninho de vida. Pude sair graças aos meus familiares e, principalmente, ao meu esposo, que sempre ajudou me dando forças para estudar e cuidando dos nossos filhos. No mestrado, pude compreender que a Ciência tem suas especificidades, cada vez maiores, em termos das diversas culturas que existem nas nossas comunidades, região, município, estado, país e no mundo inteiro. Eu achava que continuaria estudando um pouco de tudo, mas não, fui direcionada para um só campo de estudo. Tive que elaborar um projeto de pesquisa. Na verdade, um projeto de vida para a minha comunidade.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Penso que a política indigenista deveria contribuir para dar visibilidade às situações que ajudam na compreensão das questões dos povos indígenas; mostrar que a maioria dos reconhecimentos de direito não são respeitados pelo Estado brasileiro, no que diz respeito à educação, à saúde, economia e ao reconhecimento das demarcações de nossas terras.

A FUNAI tem ajudado muito os povos indígenas, mas também atrapalhado muito em seu papel de facilitador, por não saber dialogar com os povos indígenas. Não vejo necessidade da tutela, pois, a cada dia, nossas vivências com os indígenas e não indígenas nos ajudam a saber e entender quem somos, para onde vamos e o que queremos; não precisamos ter alguém para nos guiar, mas sim para compartilhar conosco.

Vejo que a Constituição Federal abrange todas as questões referentes aos direitos e deveres do cidadão. Percebo que temos direitos amparados por lei, mas a sociedade não indígena nunca os cumpre. É o caso do Estatuto do Índio, que classifica os indígenas como “relativamente incapazes”, que precisam de proteção, mas nunca respeitou as suas especificidades. Sabemos que aqui no Brasil existe toda uma diversidade de povos indígenas, com suas línguas e culturas, mas que nunca foram ouvidas. Pontuo aqui o extermínio de línguas e identidades, impondo projetos de colonização e sempre colocando indígenas como inferiores aos ocidentais, sem respeitar o seu modo de organização, a sua educação, a sua saúde.

A educação indígena se dá no processo de suas vivências, ou seja, na realização de suas atividades diárias. Isso muda no projeto de educação do ensino básico, que tenta fazer dos alunos meros receptores, fazendo tudo de faz de conta, sem conhecer as suas realidades a fundo, sem buscar alternativas ou mudar as metodologias de ensino, com preguiça de pensar e agir. Os educadores continuam como uma semente doente. Uma semente boa nasce, cresce e morre. Quando a semente está doente, ela não se desenvolve, não nasce, não cresce e nem morre, por isso a comparo com um professor que não ouve nem tenta buscar alternativas que atendam às necessidades do seu público, que são os alunos.

Enxergam sempre os indígenas como inferiores, por não atenderem às expectativas do curso, dizendo que os indígenas têm “problema de interpretação de texto”, sem ouvir, sem fazer nada para ajudar. É muito constrangedora a situação e as visões de pesquisadores nesse cenário atual.

Os movimentos e as organizações indígenas me ajudaram muito, é neles que conhecemos os nossos direitos de saber fazendo; lá de tudo se aprende, é lá que se fortalecem nossas ideias que dizem respeito a todos os povos indígenas, nas quais nem sempre temos sucesso, por não sabermos agir de acordo com as expectativas dos nossos governantes, que são anti-indígenas. Sem essas organizações, é impossível termos visibilidade nessa sociedade que sempre quis que continuássemos sem entender, para não reivindicarmos nossos direitos. Ainda temos muito que aprender para melhor reivindicar e ter sucesso com nossos direitos até aqui negados.

PATRIMÔNIOS

Muitos conhecimentos precisam ser estudados com cautela, pois cada um dos itens, cultura e patrimônio, carrega dentro de si uma vida, crenças, uma história que precisa ser respeitada. Sem conhecer, é impossível respeitar.

A mulher indígena, independente do povo, tem o seu espaço, que também precisa ser respeitado. Ela precisa ser descrita com carinho, porque a diversidade nos faz olhar o outro sem generalizar, e a mulher indígena depende da cultura de cada povo. No meu caso, enquanto mulher, Macuxi, indígena, mãe, valorizo muito questões que dizem respeito aos papéis sociais da mulher dentro do seu grupo e sua comunidade; a mulher tem um papel

importante na produção de artesanato, nas atividades culturais dos trabalhos onde elas gostam de se fazer presentes, como nas cozinhas comunitárias, e está sempre ajudando o esposo em suas atividades, tanto nas casas quanto nas roças.

Na maioria das vezes, são as mulheres que repassam o conhecimento sobre as leis tradicionais que regem cada grupo, como o respeito à natureza, os modos de agir e de fazer sem ferir a lei maior, conhecimentos que ajudam na formação da mulher e do homem.

A produção cultural, como mencionei acima, está ligada às questões diárias de aprendizagem no trabalho e nas construções, de produzir algo, como os artesanatos de uso individual e também aqueles para atividades de trabalho, como tipiti, jama-chim, abano e outros.

Percebo que temos que implementar políticas de estudo para melhor entendermos o patrimônio indígena; falo em respeito aos objetos que foram tirados das terras indígenas para serem levados aos museus. Por um lado foi muito ruim, mas por outro foi bom, porque a maioria das terras indígenas foi invadida, e alguns objetos foram extintos. Mas teríamos que discutir em cada comunidade, para saber se está de acordo. A maioria desses objetos carrega consigo a história de uma geração, e depende muito de cada povo. Se quiserem expor os seus conhecimentos, por exemplo, sobre uma “panela de barro” encontrada em um sítio arqueológico, uma pessoa que não conhece a história, a pessoa pode ir lá, pegar, quebrar. E isso não vai acontecer com outra pessoa que conhece toda a história e que se ela tocar na panela começa se sentir mal. Temos que entender as especificidades de cada comunidade.

Assim, espero ter repassado um pouquinho do meu conhecimento sobre esses diversos temas, que precisam ser trabalhados e estu-

dados, e conseguido descrever o meu olhar, as minhas angústias e interrogações ao longo dessa carreira estudantil.

MARCINEIA TUPINAMBÁ

POVO:

TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

NASCIMENTO:

1981

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRA PELA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)
E DOUTORANDA EM EDUCAÇÃO PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO
CARLOS (UFSCar)**

HISTÓRIA DE VIDA

Filha de mãe solteira, eu convivía com meus avós. A família de minha avó – minha mãe e meus tios e tias – tinham feito apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental. Na época, o primário era em escolas que funcionavam em casas de pessoas alfabetizadas. Escola pública não existia próxima à comunidade. Aos seis anos também estudei com uma senhora, à qual minha avó pagava pelo serviço. No entanto, no ano seguinte, em 1988, (quando eu tinha sete anos), foi inaugurada a primeira escola pública próxima à comunidade onde morava, mas que só ensinava até a antiga 3ª Série. Para estudar a partir da 4ª Série, teve que ser em Olivença, distante uns seis quilômetros da minha comunidade. Na 7ª Série, minha mãe e minhas avós não podiam pagar o transporte para que eu e meu irmão pudessemos estudar; tive que morar em outra cidade com uma tia. Nessa cidade fiz a antiga 8ª Série e o Magistério (Ensino Médio). Talvez tenham sido os desafios que provocaram meu interesse pelos estudos. Desafio de ser a primeira mulher da família a terminar o Ensino Médio, desafio de ser a primeira professora da família, desafio de ser a primeira a cursar uma faculdade (atualmente minha irmã e uma prima também estão na faculdade), e agora a primeira da família, da comunidade e do meu povo a concluir um curso de mestrado. A cada desafio superado vem a vontade de vencer o seguinte.

SER MULHER

Mulheres guerreiras, que muitas vezes sustentam suas famílias sozinhas, trabalham no plantio, na comercialização em feiras, como empregadas domésticas e ainda estudam. É nesse contexto que me insiro como mulher, indígena, mãe, esposa, professora e estudante.

As mulheres de comunidades indígenas são sábias, fortes e perseverantes. Por isso fui ensinada a nunca desistir. Para estudar precisava pagar transporte, comprar livros e estudar à noite, em casa, à luz de velas ou candeeiro, mas sempre encarei como um desafio. Depois de casada, cursei a faculdade e a pós-graduação, dividindo meu tempo entre a família, o trabalho e o curso. Esse desejo de mudança se transforma a cada dia em energia, principalmente para mulheres que convivem em comunidades.

As mulheres Tupinambá têm um papel de destaque em relação aos homens Tupinambá, tratando-se de lideranças. A educação escolar indígena, aqui na aldeia, aconteceu inicialmente em casas de mulheres Tupinambá, que aos poucos foram fundando a Escola Tupinambá. O movimento inicial pela escola na aldeia foi incentivado por uma Tupinambá que representava uma ONG (FASE), chamada Núbia Batista. O início da escola favoreceu o reconhecimento como etnia, e teve como primeira Cacique também uma mulher: Maria Valdelice. Atualmente, além de Maria Valdelice, temos duas outras caciques, várias lideranças de comunidade, em sua maioria professoras.

Ser mulher já é difícil numa sociedade machista. Ser mulher indígena é um tanto mais complicado em um país que se diz civilizado. O lugar da mulher indígena no campo do patrimônio cultural é um espaço ainda invisível aos olhos da sociedade branca. São poucos os trabalhos desenvolvidos por mulheres em tais espaços, e nestes poucos encontramos barreiras. Isso não significa que as mulheres não desenvolvam produções, mas que essas se dissolvem antes de se tornarem conhecidas, por problemas principalmente de valorização e/ou financiamentos, destinados prioritariamente às figuras masculinas e brancas.

ESTUDOS

Minha carreira foi decidida por uma professora da primeira série, professora Gersonita. A forma como ela lecionava me deixou apaixonada pela profissão, e já tinha certeza de que faria um curso para dar aulas. Fiz inicialmente o magistério, e com esse curso comecei a trabalhar na comunidade onde resido atualmente. Lecionei em turma multisseriada (anos iniciais do Ensino Fundamental) por sete anos até ser aprovada para o curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 2008. Não consigo pensar em fazer outra coisa, senão ser professora; amo o que faço. Poderia ter seguido outros caminhos, talvez mais concorridos, mas que com minha persistência poderia ter vencido.

Na especialização, pesquisei sobre a alfabetização de crianças com dificuldades em leitura e escrita a partir das letras de músicas do Poranci, que eram cantadas todos os dias pelas crianças.

O problema definido pela pesquisa que iniciei no curso de mestrado não foi alterado por nenhuma das orientadoras: organizamos e delimitamos os campos e sujeitos, respeitando a angústia que eu trazia na prática, enquanto professora indígena. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com 11 professoras indígenas Tupinambá, na qual apresentei o seguinte problema: como os princípios apresentados pelo Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas de 1998 são implementados no cotidiano das práticas pedagógicas dos professores e professoras Tupinambá? O resultado da referida pesquisa originou a dissertação intitulada *Práxis pedagógica e saberes culturais: diálogo com as professoras Tupinambá de Olivença*, defendida na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 2016. Agora, pretendo auxiliar minha comunidade a compreender e implementar uma prática pedagógica diferenciada, que atenda às demandas do movimento indígena.

O POVO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

O povo Tupinambá de Olivença foi obrigado a ficar em silêncio por muito tempo, por questões de sobrevivência. Segundo a população e a mídia local, somos os “Caboclos de Olivença”. No entanto, mesmo assim as lideranças continuam na busca por direitos. Em maio de 2002, após o movimento da educação escolar Tupinambá, finalmente fomos reconhecidos como povo pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Atualmente são 35 comunidades que formam a aldeia Tupinambá que abrange os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, na região sul da Bahia, num total de 47.370 hectares e perímetro de 150 km, ainda em processo de demarcação.

Somos a segunda etnia mais numerosa na Bahia, junto com outros parentes também do sul e extremo sul do estado, como: Tupinambá de Belmonte, Pataxó e Pataxó HãHãHãe, que habitam historicamente aquela região. Diante das lutas, agimos coletivamente como irmãos, parentes, unidade, em busca de respostas para problemas comuns, mesmo que as lutas aconteçam em forma de pequenos grupos. Quando há necessidade de discussão e tomada de decisão, caciques e lideranças de diferentes povos e lugares, inclusive de outros estados, se reúnem para organização e ações em prol do povo indígena.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

As políticas indigenistas foram buscadas e conquistadas através de várias manifestações de resistência do movimento social indígena, durante os séculos pós-invasão. Alguns momentos da história ocorreram de forma mais intensa, outros de forma mais tímida, em razão das sanções provocadas pelos colonizadores. No entan-

to, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 210, 231 e 232, tais direitos passaram a ser leis. Mas ainda falta muito para implementá-los. A política não garante que os direitos duramente conquistados se efetivem. O que mais impressiona em alguns momentos é o tratamento de “prestação de favores” de setores públicos, como se não tivéssemos uma legislação que nos amparasse legalmente.

Espero que a FUNAI possa interagir de forma mais efetiva nos diversos setores da comunidade indígena. A atuação da FUNAI, ultimamente, tem sido para resolução de problemas urgentes, não há um trabalho educativo de médio e longo prazo para os povos indígenas.

A tutela (pela FUNAI) ainda é realizada, em menor proporção, tal qual foi estabelecida no Estatuto do Índio em 1973. No entanto, quando diz respeito à ocupação de terras indígenas e reintegração destas, ainda é atuante como órgão responsável pela tutela e assistência da União.

O Estatuto do Índio, aprovado em 1973, propunha interesses políticos para aquela época, inclusive com termos próprios daquele tempo. Colonialista, impostor, tutelar, correspondia a um tempo em que os indígenas eram vistos como silvícolas que precisavam se integrar à sociedade nacional. Atualmente, apesar de ainda encontrarmos pensamentos retrógrados, essas concepções estão ficando para trás. Muitas políticas permitiram uma mudança, ainda que tímida, após a Constituição Federal de 1988. Um novo estatuto deve estar de acordo com o que traz a atual Constituição Federal sobre os povos indígenas, o respeito à cultura e diálogos com outras culturas e ciências, como pensadores e mobilizadores das próprias demandas, sem a sombra assistencialista.

Os direitos ao território, saúde e educação estão entre os direitos constitucionais. Apesar disso, há uma luta para que se tornem efetivas. O território é a luta prioritária, entre os três direitos. É através do território que um povo se reafirma etnicamente e mantém seus costumes, subsiste economicamente, mantém suas crenças, no local onde moraram seus antepassados. Não é apenas um chão onde se cultiva e produz, como defendem os latifundiários. Com a Terra, defende-se então os direitos básicos de educação e saúde que correspondam aos direitos culturais, diferenciados e específicos para cada povo. Para que sejam legitimados, há uma luta intensiva do movimento indígena. Para nós, o povo Tupinambá, a luta pela demarcação do território é intensa. Vários parentes já se foram, lideranças indiciadas pela justiça indevidamente com o objetivo de intimidar para que desistam do movimento. Com a educação escolar não é diferente, há um descaso muito grande com o cumprimento das leis pelas secretarias de educação do governo, seja estado ou município: pessoal despreparado, falta de recursos e burocratização dos serviços. A saúde passa por situação semelhante quanto à implementação do que está posto na Constituição Federal de 1988.

Os movimentos indígenas, ou melhor, o movimento indígena, para falar de vários interesses comuns entre os povos indígenas, tem buscado a efetivação das leis já conquistadas. Há uma grande mobilização, realização de conferências, fóruns de educação, conselhos em várias instâncias para que a legislação se cumpra. No entanto, o movimento e as organizações têm enfrentado barreiras colonialistas herdadas há séculos. O tratamento a representantes do movimento em muitos lugares ainda é visto como prestação de favores, e não como cumprimento de uma lei constitucional.

O Conselho Nacional de Política Indigenista, apesar de bem representado por indígenas, em alguns locais encontrou problemas no cumprimento e normatização dos direitos. Há muita burocratização nos diversos setores ligados ao governo, sobretudo no que diz respeito a financiamento.

PATRIMÔNIOS

Tem crescido bastante o número de pesquisadores indígenas dedicados ao estudo sobre diferentes temas relacionados ao contexto das aldeias: religião, educação, cosmologia, natureza, etc.. Os comitês de pesquisa dificultam muito a autorização desses pesquisadores, porque o sistema de aprovação e liberação de pesquisadores ao campo tem a ideia de que indígenas não podem se tornar pesquisadores; não há opção, no caso dos indígenas, de como proceder. Assim, os técnicos ficam emitindo pareceres que não correspondem ao contexto de pesquisadores indígenas. No meu caso, por exemplo, quando precisei da aprovação do comitê de ética, exigiram autorização para entrar em terras indígenas, mesmo eu falando que já morava em uma terra indígena.

O chamado “patrimônio cultural” ainda não representa com legitimidade os povos indígenas, nem os negros. Somos representados na maioria das vezes de forma folclorizada ou exótica, como povos que formaram a nação brasileira, apenas isso. As poucas produções que existem são pouco difundidas, talvez porque não haja interesse em tal divulgação. Os museus são destinados a formar o povo brasileiro. Só isso. Todos os verbos são colocados no passado: caçavam, pescavam, andavam nus etc.

Produção cultural envolve um conjunto de bens culturais. Para nós, Tupinambá, as músicas, as crenças, as tradições, as produções

econômicas, o modo de conviver em comunidade, o artesanato, o modo de se vestir, se enfeitar e se pintar se constituem como produções culturais.

Para as sociedades nacionais, o patrimônio indígena é pouco valorizado. Foi necessária a lei 11.645/2008 para que as escolas falassem sobre a cultura indígena. A polêmica que gira em torno disso é: quais pessoas estão abordando a temática nas escolas e de que forma estão tratando o tema? O patrimônio indígena é veiculado de forma ilegítima. O movimento indígena tem um papel essencial em fazer cumprir a lei, e que seja dada oportunidade aos povos indígenas de contarem as próprias histórias.

MARIAZINHA BARÉ

POVO:

BARÉ, CUCUÍ

NASCIMENTO:

1976

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRANDA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

HISTÓRIA DE VIDA

Sou de Cucuí, da tríplice fronteira. Minha participação no movimento indígena teve início quando comecei a acompanhar as atividades na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 1998. Em 2001 vim para Manaus e passei uns meses da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), quando o Cláudio Mura era coordenador. O primeiro a dirigir a COIAB e um dos fundadores foi o Orlandino Baré. Os Baré e outros povos da Amazônia tiveram papel importante na fundação da COIAB. No mundo Baré, a mulher tem um destaque, porque é um povo matrilinear. A minha avó, aonde ela chega, por exemplo, é respeitada. Atuando no movimento indígena, de 2012 a 2016, fui eleita coordenadora-secretária da UMIAB (União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, antigamente Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB), representei a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a União das Mulheres na Bacia Amazônica (UMIAB) no CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Trabalho no governo do Estado do Amazonas há 13 anos. Trabalhava na COIAB e YAKINO (centro de artesanato), que fechou em 2001. Trabalhei na SEPROR de 2011 a 2017. Em 2017 comecei a trabalhar na Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Separei do meu primeiro marido em 2005. Recomecei com outro em 2009 e separei no ano passado. Hoje tenho 03 filhos, duas meninas e um menino e meu sobrinho me ajudam a cuidar dos filhos. Minha filha faz Administração na UEA e o meu sobrinho faz Enfermagem. Tenho que sustentá-los, mas não posso pagar uma pessoa para ajudar em casa.

Trabalhei na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Naquele tempo criei a GETEC (Grupo de Estudos de trabalhos em Ecoturismo), trabalhando a questão ambiental na cidade, com pessoas que vinham do interior. Comecei a trabalhar no governo do estado, em março de 2003, na Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI). O Bonifácio José Baniwa, que era da FOIRN, assumiu a fundação e chamou-me, insisti até que aceitei. Na FEPI já recebia salário. Trabalhei lá durante sete anos no departamento etno-ambiental, com projetos de acesso ao conhecimento tradicional. Depois que passou a ser a Secretaria Estadual de Assuntos Indígenas (SEIND), ainda fiquei nove meses, mas depois saí e fui para a Secretaria Estadual do Meio ambiente (SEMA). Lá trabalhei nas unidades de conservação do Estado, na área de regularização fundiária, na Coordenação Estadual de Unidades de Conservação. Separei do meu marido por causa do movimento, das viagens. O marido não queria que eu trabalhasse. Ele é engenheiro da FUNAI. Um dos motivos para separar foi esse: as viagens de trabalho.

SER MULHER

Busquei refletir sobre as atividades das mulheres indígenas da minha própria comunidade. Ali estava eu, novamente com as minhas angústias, porque descreveria a minha própria vida. Sobre a minha própria história de vida. Não me conformava mais, até que um dia me deparei com muitos olhares preconceituosos sobre os povos indígenas. Isso me incentivou a escrever sobre o papel social da mulher indígena. Pois, além de ser mulher, mãe, professora, estava eu ali como pesquisadora, querendo mostrar como o meu povo era tratado e tentando buscar alternativas de vida para as futuras gerações, mostrando também que a

educação indígena não tem visibilidade. Muitas coisas mudaram rápido. O acesso às leis do mundo não indígena deixou nosso povo confuso, nossos jovens cada vez mais rebeldes e preguiçosos, segundo falas de alguns pais na reunião comunitária, pois os filhos não estavam mais participando das atividades das roças, das caçadas e nem das pescarias. Não era mais como antes. A escola foi um meio de apagar as histórias de vida do nosso povo, das nossas línguas e culturas.

TRAJETÓRIA

Passei pouco tempo na Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), porque estava esperando uma resposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Fui atuar no fortalecimento das populações do movimento indígena nos territórios da cidadania. Trabalhei no MDA a partir de 2010. Já estava contratada pela Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR) para ficar no MDA. Quando acabaram os contratos dos consultores, as ações do MDA do território da cidadania ficaram suspensas, então não tinha mais como ficar lá. Na SEPROR eu trabalhava na gerência de agricultura indígena. Desde 2011 sou a gerente de agricultura indígena, lidando com todos os povos do Estado do Amazonas. São projetos na área de manejo de agricultura, piscicultura, pesca. A agricultura é transversal, não dá para separar. É rotativo, são necessárias estratégias de subsistência e comercialização. Em tese funciona, porque o governo não consegue lidar com a questão indígena, não acredita que existe um potencial das populações indígenas. É um preconceito eterno, mas hoje em dia não se ouve mais falar de nós como “caboclos”. Apesar de trabalhar no governo, nunca me afastei do movimento. Fui eleita para representar a COIAB no Conselho Nacional de Seguran-

ça Alimentar, em abril de 2012, com gestão de quatro anos. As pessoas perguntam como é possível conciliar minha atuação no governo e no movimento indígena. Para mim é estratégico. Precisamos conhecer e se apropriar das esperas administrativas do poder público para poder dialogar. A situação já estava difícil antes. Sempre tivemos que lidar com dirigentes de cargos políticos vinculados a partidos com posições anti-indígenas. A situação é muito difícil. Vai muito pela situação de cada um, do sentar, do fazer, da sensibilidade.

ESTUDOS

Quando cheguei de São Gabriel da Cachoeira, em Manaus, o objetivo era fazer o curso de Direito. Cursei até o quinto ano de Administração, então consegui passar no curso de Direito. Como entrei no meio do curso, as disciplinas eram outras. Fiz reaproveitamento de disciplinas. Entrei no quarto período, mas algumas disciplinas eu tinha que cursar. Fiz Direito até o sétimo período, na Universidade Nilton Lins. Parei dois anos quando a Adanna, minha segunda filha, nasceu. Depois ingressei no curso de Gestão Pública da Universidade Anhanguera. Aproveitei algumas disciplinas e me formei em 2013. Já estava trabalhando com isso, não podia ficar parada. Em 2013, minha mãe faleceu. Inscrevi-me no mestrado do curso de Antropologia. Viajei para São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro. Estava meio desanimada, mas não parei de trabalhar. Não estava animada para estudar, queria ir embora. Em 2015 fiquei mais contente, elaborei o projeto e fui selecionada. A academia dá oportunidade de conhecer a realidade do mundo de hoje para ter instrumentos de discussão, para saber o que você está propondo. Aprendi na universidade a interpretar um texto não só

ao pé da letra, mas a traduzir seus significados. A academia é uma ferramenta que deve ser utilizada como instrumento para traduzir nossos pensamentos e visão de mundo numa linguagem técnica para o “branco” entender.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

O movimento não depende do governo. Como estamos na esfera governamental, em discussão com o governo, precisamos ir ao movimento indígena e montar uma estratégia de como dialogar com este governo. Precisamos conhecer o governo nas entrelinhas para saber dialogar com ele estrategicamente, é o nosso papel como indígenas dentro do governo. E vice-versa também. Temos que dizer ao governo como dialogar com as populações indígenas. Não pode ser de cima para baixo, tem que dialogar com o movimento. A nossa atuação nos conselhos deve ser desta forma. O conselho nacional de segurança alimentar é um exemplo, não quero ser simplesmente uma figura lá dentro. Queremos mudar alguma coisa, fazer a diferença lá dentro, em todos os níveis de governo (federal, estadual, municipal). O índio não deve estar lá só para constar. A União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) também faz parte do Fórum de Educação Indígena do Amazonas, então sou membra dos dois. O evento do Acampamento Terra Livre, da mobilização nacional indígena, ocorre anualmente em abril. Um dos pontos focais é o MEC. O primeiro passo é o diálogo no apoio a projetos e políticas afirmativas, que sempre foi almejado pela Secretaria de Apoio à Diversidade (SECADI, do MEC, extinta em janeiro de 2019).

Independentemente do governo, vamos colocar as posições. Na política indigenista, o parente é só uma figura. A política vai além. Quem está no governo tem que continuar com uma relação muito forte com o movimento. A força está no movimento. Precisa conhecer os brancos. Como funciona e como temos que dialogar, como “enfrentar”. Quando o movimento vai, não sou eu, Maria; o movimento continua. As nossas ações tomam força dentro do governo. Eu sou só uma representante para defender o que o movimento pensa. A pessoa que for convidada só vai se desgastar. O CONSEA tem um grupo de discussão sobre segurança e soberania alimentar dos povos indígenas. Há outro grupo de discussão sobre educação escolar indígena (políticas afirmativas).

A ideia é estar no movimento para captar recursos. Há um projeto do FUNDO BRASIL de direitos humanos, projeto na área de direitos indígenas, na área de tráfico de mulheres e subemprego, projeto do estado do Amazonas na área de fronteira. O governo quer expandir para outros estados. A OEA aprovou a declaração universal dos povos indígenas, mas estes se opuseram, porque há dois artigos que ferem os direitos indígenas. O governo colombiano assinou.

Sonia Guajajara é a coordenadora da APIB do Brasil desde 2014. Em princípio, há um mandato, mas a APIB não tem estatutos, é uma articulação.

O Conselho Nacional de Política Indigenista foi criado em 18 de dezembro de 2015. Particpei das prévias, mas não fui à conferência. Tinha outros compromissos. Sonia Guajajara foi eleita vice-presidente. O presidente da FUNAI é o presidente do CNPI. A Francinara Soares, tesoureira da COIAB, foi eleita titular da

COIAB no CNPI. Quem representa a UMIAB no CNPI é a Valéria PAYE, do Oiapoque, estudante de graduação de Antropologia na UNB. A proposta da UMIAB é os membros assumirem, dependendo do momento. Participo da Rede MAKIRA de mulheres indígenas do Amazonas desde a sua fundação, em 2016.

O princípio é que a organização tenha qualidade. Hoje temos profissionais qualificados para assumir. Temos indígenas com condições de ir para o embate, participar da discussão. É importante fazer uma análise da participação dos povos indígenas nos movimentos e nas políticas públicas. O indígena formado traduz o que a liderança antiga quer falar numa linguagem que os aliados brancos possam entender. É preciso conhecer o branco para conversar com ele de igual para igual. O movimento pleiteava que os próprios indígenas assumissem a cadeira de presidente do CNPI, extinto em abril de 2019. Ninguém tira férias no movimento indígena. É a nossa vida.

MISLENE METCHACUNA MARTINS MENDES

POVO:
TICUNA

NASCIMENTO:
1987

FORMAÇÃO ESCOLAR:
**MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS (PPGAS/UFAM)**

HISTÓRIA DE VIDA

Sou Ticuna¹, do clã Avaí, da metade de planta, conforme nossa organização social dividida em clãs de planta e de pena². Minha família clânica e consanguínea é bastante extensa. Muitos são influentes por seu protagonismo no movimento indígena.

Meu avô, meus tios-avós paternos e meu pai sempre foram lideranças atuantes no movimento indígena do Alto Solimões. Conhecidos como pertencentes à família Mendes, a maioria reside na aldeia Umariáçú I e Ourique, mas muitos outros habitam outras aldeias em menor número. A minha avó por parte materna é possivelmente Kokama, mas é Ticuna por parte de mãe. Porém, meus avós maternos dificilmente se identificariam como sendo indígenas; segundo eles, por não saberem direito suas origens étnicas pelo fato de seus pais já serem falecidos. Cônjuge: Jomar Maia de Sá (não indígena). Filhos: Cindy, Emily e Ingrid

SER MULHER

Com as transformações ocorridas ao longo do tempo, ser mulher protagonista e participante da luta e das discussões sobre os interesses é sempre um desafio, principalmente ao se pensar especificamente nas mobilizações em prol de políticas públicas para mulheres. Em alguns espaços que antes eram ocupados somente por homens, as mulheres enfrentam certas resistências. Dessa

¹ Grafamos as denominações dos povos indígenas conforme atribuído pelo autor. Como se trata de depoimentos, iremos preterir o determinado por norma da Associação Brasileira de Antropologia de 1953, publicada na Revista de Antropologia (vol. 2, no 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152). Nos dias de hoje, em processos de revigoração étnico, muitos preferem ser chamados conforme a auto atribuição Magûta, o que significa em português “povo pescado com caniço”.

² Embora haja diferentes interpretações, empregamos aqui a divisão entre metades tal como atribuído pela autora.

forma, as mulheres têm discutido estratégias de enfrentamento às ameaças aos seus direitos como, por exemplo, as inúmeras formas de violência sofridas por muitas mulheres, ocasionadas por seus maridos, que raramente ganham visibilidade dentro das aldeias, por medo e repressão masculina. Na cultura Ticuna, a organização social é patrilinear, e assim os clãs das mulheres ficam subjugados aos clãs dos homens, sendo estes responsáveis pela herança clânica das gerações posteriores. Entre outros fatos, o movimento indígena no Alto Solimões sempre teve os homens Ticuna direcionando suas pautas e lutas; embora as mulheres sejam essenciais nesses movimentos, elas pouco tiveram espaço desde os anos 1980, ficando seu papel resumido ao ofício de cuidar dos filhos, da casa, da roça e dos trabalhos domésticos.

Em meados dos anos 1990, as mulheres Ticuna passam a se inserir em espaços do movimento, participando ativamente das assembleias, não apenas para cozinhar e cuidar dos detalhes do local, mas para atuar politicamente nas discussões se posicionando como protagonistas. Hoje existem várias associações de mulheres Ticuna, a maioria com intenção inicial de valorização e repasse de conhecimentos de artesanatos, etc.; mas não só isso, elas também vêm ganhando espaço nos conselhos institucionais de participação indígena, seja como artesãs, parteiras, curadeiras, etc. Considerando que a grande maioria dos homens Ticuna são machistas; as disputas políticas por espaços e comando de algumas instituições e/ou mesmo as principais organizações indígenas Ticuna sempre tiveram homens em sua direção. Por isto, quando assumi a Coordenação Regional da FUNAI foi um choque para os homens Ticuna, que enxergam certa incapacidade política nas mulheres. Segundo eles: “eu não aguentaria as

pressões, choraria e logo abriria mão da coordenação”. Isso pode ser observado durante minha própria gestão como coordenadora de uma instituição, pois a maioria dos funcionários são homens pertencentes à etnia Ticuna. Ser coordenado por uma mulher, para eles, ainda é algo novo e eles precisam saber que todos nós, sejamos homens ou mulheres indígenas, somos capazes de gerir o que nos for dado.

Dessa forma, ser mulher no contexto social Ticuna significa que estamos preocupadas com o direcionamento das políticas públicas para os povos indígenas, inserindo questões de gênero também, e não temos a pretensão de tomar o lugar dos homens, pelo contrário, visamos contribuir nos trabalhos, na tomada de decisões e na participação política. Como mulheres, temos o objetivo de minimizar as desigualdades relacionadas ao gênero, principalmente em assumir posições de chefia, seja internamente ou em instituições governamentais, embora saibamos que as disputas por poder entre os homens acabam reforçando a ideia de que as mulheres seriam incapazes de gerir algo. Os homens sempre contribuíram bastante nas lutas do movimento e devem continuar atuando como pajés, caciques e lideranças locais, mas nós mulheres também estamos presentes e continuaremos desempenhando os nossos papéis com muito afino.

A especificidade recai justamente sobre os direitos das mulheres indígenas. Algumas políticas, ainda invisíveis até mesmo entre as não-indígenas, entre as mulheres indígenas são um desafio e tanto. Falar e chamar atenção das demais mulheres sobre a Lei Maria da Penha, por exemplo, ou sobre planejamento familiar, prevenção, etc.. Muitas vezes ainda não somos bem-vistas pelos homens, que reclamam que o Estado está tentando impor polí-

ticas às suas mulheres, que muitos enxergam como propriedade, como se as mulheres não tivessem opiniões e vontades próprias para decidir sobre seus corpos. Por fim, a principal especificidade feminina perpassa a esfera das fragilidades emocionais e físicas e segue para além do papel de responsáveis pela reprodução física, para atuar como protagonistas na busca pela emancipação das mulheres indígenas.

Os povos indígenas querem conseguir, cada vez mais, instrumentos técnicos e políticos sem perder ou enfraquecer nossas identidades étnicas, costumes e tradições indígenas, ressaltando a importância do diálogo e definição de autonomia e de direitos.

O Conselho Nacional de Política Indigenista, (CNPI, instalado em abril de 2016, foi um avanço para todos os povos indígenas do Brasil, de caráter consultivo, de acompanhamento e implementação de políticas públicas. Ele visa à participação massiva dos indígenas brasileiros. O que temos observado, no entanto, é o extremo desrespeito dos que atacam os direitos dos povos indígenas sem consulta ao CNPI, FUNAI e tampouco às organizações indígenas. Muitos agentes governamentais têm feito tudo pelas costas dos povos indígenas.

TRAJETÓRIA

Nasci e resido no município de Benjamin Constant (AM), fora de aldeia. Morei na aldeia indígena Vendaval até meus 03 anos de idade, onde meu pai era chefe de posto indígena da FUNAI, na época. Por conta dos estudos, tive que voltar para a cidade e estudar a vida inteira na escola de lá.

Nunca houve qualquer interesse em adaptar as grades curriculares urbanas à presença indígena nessas escolas, onde muitos de meus colegas Ticuna preferiam ficar na invisibilidade para tentar escapar do preconceito e discriminação por parte dos colegas não indígenas. Eu jamais neguei minha identidade indígena. Em vários momentos, colegas de turma me chamavam de Ticuna de forma pejorativa, tentando me inferiorizar perante os demais, como se o fato de eu ser Ticuna me fizesse menos gente do que eles. Várias vezes me senti excluída dentro da sala de aula e diante dos vizinhos de minha casa.

Terminei o Ensino Médio no ano de 2004, em 2006 passei no vestibular e ingressei no 1º curso de graduação de Antropologia do Brasil, que foi inaugurado no Alto Solimões. Em 2010, quando estava quase concluindo a faculdade, me inscrevi no processo seletivo de Mestrado em Antropologia Social do PPGAS/UFAM. Fiz concurso público da FUNAI e fui classificada, mas somente nomeada no ano de 2012, para o cargo de Agente de Indigenismo, lotada na Coordenação Técnica Local de Benjamin Constant (momento em que eu já havia retornado de Manaus para Benjamin, por ter concluído os créditos das disciplinas do mestrado). Em junho de 2014, recebi convite da Presidência da FUNAI para assumir a função de Coordenadora Regional da FUNAI do Alto e Médio Solimões, enfrentando grandes desafios.

ESTUDOS

O interesse pelos estudos vem desde pequena, por conselho de meus pais, que sempre entenderam a necessidade dos filhos buscarem uma profissão e oferecer retorno para nosso povo. Sendo

meu pai uma liderança Ticuna, ativista do Movimento Indígena da região, ele sempre falou para seus filhos estudarem e se formarem em diversas áreas, pois o projeto de luta dos Ticuna sempre foi conquistar primeiramente a Demarcação das Terras Indígenas, Educação e Saúde. Com isto, e tendo em vista a grande necessidade de profissionais nesta região, as lideranças antigas sempre reivindicaram espaços em todas as áreas de políticas públicas e universidades. Entre muitos conselhos de meu pai, que ele costumava expressar nas grandes assembleias indígenas, havia a necessidade de o nosso povo ter seus próprios profissionais, entre eles antropólogos, médicos e advogados. Foi me lembrando desse discurso dele, que de cara escolhi o curso de Antropologia, quando prestei o vestibular na UFAM pela primeira vez. Sempre gostei de estudar, de ler. Ser uma mulher indígena antropóloga com certeza é fundamental em minha vida pessoal e profissional.

A meu ver, o fato de ser mulher não interfere em minhas decisões acadêmicas, tanto que minha pesquisa na graduação e no mestrado foi um assunto polêmico, pois a maioria dos sujeitos pesquisados era do sexo masculino. Embora algumas vezes o fato de ser mulher tenha interferido no meu trabalho de campo, não acho que a escolha do tema de pesquisa, por exemplo, se ligue ao meu gênero como pesquisadora. Pesquisei sobre a segurança pública nas aldeias indígenas do Alto Solimões, especificamente a Polícia Indígena do Alto Solimões, criada pelo meu povo como resposta à ineficiência das políticas de segurança pública do Estado. Continuo me preocupando com problemas relacionados à segurança pública nas Terras Indígenas e aos povos indígenas como dever do Estado.

Futuramente, pretendo fazer o doutorado e o concurso do Ministério Público da União para o cargo de analista pericial em antropologia. Pretendo também continuar lutando e protagonizando as lutas de meu povo frente aos inúmeros desafios que têm se colocado diante dos direitos conquistados. Estarei sempre à disposição de meu povo para pensar junto com eles a proposição de projetos voltados às comunidades indígenas que mais precisam de assessoria técnica.

O POVO TICUNA

Meu povo Ticuna é organizado clanicamente em duas metades: de planta e de pena. Os indivíduos recebem os clãs de seus pais e são nominados durante a festa de moça nova. Politicamente, é um povo com forte protagonismo, iniciado nos anos 1980, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a mobilização dos professores Ticuna, que depois passaram a ter suas pautas de luta, de saúde e demarcação de terras como prioridades do movimento indígena.

O povo Ticuna é um povo bastante forte, embora existam muitas disputas de poder em todos os sentidos. Sendo o maior povo indígena do país, com cerca de 55 mil, as lutas de meu povo possuem uma história bastante significativa, que influenciou outros povos da região, como os indígenas da região do Vale do Javari, que iniciaram suas lutas nos anos 1990, com assessoria de alguns líderes Ticuna. Neste sentido, tenho orgulho de ser Ticuna, muito embora as disputas venham interferindo e fragmentando o movimento indígena como um todo. Mesmo assim, há luta Ticuna no contexto atual em que vivemos.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTOS INDÍGENAS

Penso que se trata de uma política bastante ampla e complexa. Embora a relação dos indígenas com a política indigenista na região sempre tenha estado num patamar hierarquicamente desigual e sem pontos de conciliação e negociação, é bem aceita pelos povos indígenas. Porém, é também um desafio no Brasil, pois, como sabemos, o próprio governo vem propondo projetos que visam acabar com a política indigenista no país, ameaçando ainda mais os direitos dos povos. Nós, povos indígenas, tivemos muitos avanços, e considero que os direitos indígenas não são dádivas do Estado brasileiro, mas sim resultados de lutas e mobilizações indígenas, em nível nacional e internacional, que provocaram mudanças na política indigenista estatal.

O Brasil tem uma dívida eterna com os povos indígenas, que a Constituição Federal de 1988 tentou amenizar em pontos importantes, ao reconhecer os índios como cidadãos brasileiros. Sabemos que esses avanços vêm regredindo cada vez mais, pois pensar os índios apenas como guardiões das florestas e de todos os recursos que existem nos territórios indígenas é equivocado. Nós, indígenas, dependemos da Terra para continuar existindo, não vemos as terras simplesmente como lugar de moradia, mas respeitamos a terra e sua natureza desde nossas visões de mundo, da existência de meu povo e de muitos outros povos. Não pensamos em riqueza material, que se acaba com o tempo, pensamos na manutenção da riqueza sagrada dada por nossos ancestrais. O território é vida em abundância, que nos permitirá resistir a todos os males feitos e vindos dos não indígenas, cujos espíritos estão cegos e apenas preocupados com seus bolsos. O dinheiro se acaba logo; os territórios

garantem uma riqueza eterna para nós indígenas e para o mundo.

A missão institucional e a reformulação do papel da FUNAI, com a distribuição de políticas públicas para outras esferas do governo antes exercidas unicamente pela FUNAI, ainda é um processo em construção. O rompimento da tutela indigenista e a configuração do órgão indigenista que antes era responsável por tudo condizente aos índios, possibilitaram o protagonismo indígena, embora em alguns momentos haja certo desgaste entre os indígenas sobre esta mudança, que alguns ainda não conseguiram aceitar. A FUNAI, como órgão indigenista oficial, vem sofrendo, junto com os povos indígenas, ataques à sua própria forma de existência. Mesmo sendo um órgão estatal, a FUNAI tende a partir para o embate quando o assunto é defender os direitos dos povos indígenas. Por isso, acredito que, restando ainda muitas riquezas no território brasileiro graças aos povos indígenas, guardiões de tudo isso, o governo hoje quer explorar tudo pensando apenas na riqueza monetária, que se acaba com o tempo. Para isso tem formulado cada vez mais leis que tentam extinguir o usufruto exclusivo das terras pelos povos indígenas, para conseguirem invadir e explorar livremente. Embora a missão do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que antecedeu a FUNAI, tenha sido a integração dos índios à sociedade nacional, submetendo-os a uma estrita relação de dependência, atualmente a FUNAI atua como defensora e promotora do protagonismo indígena, e não mais como poder tutelar. Com isto, dismantlar cada vez mais o órgão indigenista é primordial para que os direitos sejam totalmente extintos.

A tutela impôs uma relação de dependência dos índios ao Estado, o que por sua vez prejudicou bastante as lutas indígenas. Isso trouxe consequências a muitos povos indígenas, que passaram

a ver a FUNAI como mãe ou pai dos índios, enfraquecendo as autonomias conquistadas, esperando muito de um órgão indigenista que está sendo desmantelado pelo próprio Estado. Hoje a FUNAI enfrenta o desafio de eliminar essa ideia de que a tutela é algo bom, para fortalecer nos pensamentos indígenas que são eles mesmos os atores principais nas lutas pelos seus próprios interesses. A FUNAI tornou-se mais parceira para assessorar os indígenas e atuar junto na defesa dos direitos, embora já tenha sido inimiga anteriormente, como no caso dos Ticuna do Alto Solimões nos anos 1980, em que a FUNAI tentou impedir os índios de lutarem pela demarcação de terras. Desde a Constituição de 1988 até o início de 2019, a FUNAI tinha como uma de suas missões garantir autonomia e protagonismo aos povos indígenas. A partir da metade de 2019, essa missão vem sendo modificada com a ideia de “uma nova FUNAI”, pensada de forma bastante atrasada pelo governo Bolsonaro ao retomar as práticas da FUNAI tuteladora, “mãe dos índios”, principalmente no que diz respeito à gestão dos territórios, sendo feita pelo Estado e não mais pelos índios, referindo-se à entrega dos minérios existentes nas terras indígenas.

O projeto do novo Estatuto do Índio é um instrumento legal muito importante, que rompe de vez com a proposta de tutela do Estado, presente no Estatuto do Índio de 1973, criado ainda na época da ditadura. Na nova proposta, buscou-se contemplar todos os povos indígenas de forma a garantir proteção social, cultural, territorial, jurídica, possibilitando a igualdade sem deixar de atender às especificidades de cada povo. Na minha opinião, é preciso que o movimento indígena reivindique e pressione a aprovação do Estatuto que está parado no Congresso Nacional há 31 anos (PL n. 2.057/91). Atualmente, a proposta do novo Estatuto voltou a

tramitar no Senado (PLS n. 169/2016), e por mais otimismo que tenhamos, não sei se devemos permanecer com tanta esperança dele ser aprovado, na atual conjuntura política do país.

Os direitos à saúde, educação e território são conquistas dos movimentos indígenas brasileiros que ganharam lugar na CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, não por dádiva do Estado, mas por força própria. Na minha região, durante as articulações do movimento indígena, houve um massacre de vários Ticuna por parte de donos de fazendas localizadas em território indígena, conhecido como o Massacre do Capacete. Até hoje seus responsáveis estão impunes. Foi aí que as lideranças antigas (tendo como principais articuladores Paulo Mendes – meu pai – e Pedro Inácio) decidiram criar o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), reunindo todos os caciques da época para buscar apoio no exterior para demarcação das terras Ticuna, já que o governo brasileiro não apoiava a causa. Esses direitos devem continuar existindo, pois todos necessitam dessas políticas públicas para sua existência e sua reprodução física e cultural. Na nossa atual conjuntura, também temos a possibilidade de autogestão dos direitos de acordo com normas e valores propriamente indígenas, sendo um projeto da luta indígena. Infelizmente, as políticas públicas ainda são insuficientes e nem todos os povos indígenas conseguiram ser contemplados pelas políticas do Estado, por diversos motivos, pela ingerência de gestores locais, estaduais ou nacionais. Podemos perceber e sentir na pele a dificuldade do Estado em implementar ações de políticas públicas para os povos indígenas da maneira que esperamos e conforme rege a Constituição Federal.

Há espaços que dão visibilidade à autonomia e ao protagonismo indígena, a partir dos quais eles podem articular e lutar por

interesses coletivos no campo político. As relações existentes no movimento indígena, quando reconfiguradas pelas tensões da etnopolítica, acabam por enfraquecer a luta coletiva com os atores externos, e isso leva bastante tempo para ser retomado. As disputas internas por poder acabam interferindo negativamente no processo de luta das organizações e do movimento indígena. É o que ocorre entre meu povo Ticuna, tirando o foco do verdadeiro objetivo das lutas.

PATRIMÔNIOS

Os pesquisadores não indígenas, sobretudo das áreas de ciências sociais, deram grande contribuição na visibilidade aos povos indígenas, pois parte de sua história está descrita em trabalhos acadêmicos de pesquisadores, que não apenas escreveram para compor estaticamente a estante da biblioteca da academia, mas se tornaram produtos de um trabalho feito “de perto”, que sintetizam a história viva, presente muitas vezes apenas na memória dos mais velhos. Alguns indígenas tendem a discordar da contribuição de pesquisadores aos povos indígenas, afirmando que estes escrevem mentiras sobre os índios. Eu não vejo dessa forma! O mais importante é etnografar e mostrar a realidade tal como é, sem invadir a vida indígena sem permissão e não inventar nada, ser fiel aos fatos apresentados pelos sujeitos pesquisados. Hoje contamos com pesquisadores indígenas, que têm feito uma discussão dialógica entre seus conhecimentos propriamente indígenas e os conhecimentos apreendidos na academia. Todos têm a ganhar.

As empresas somente estão preocupadas em explorar as riquezas existentes nos territórios e os conhecimentos indígenas. Muitas entram sem permissão das comunidades e do órgão indigenista, ou

conseguem permissão persuadindo representantes indígenas que muitas vezes se utilizam de má fé para tomar decisões sozinhos, ferindo as regras da comunidade, pensando somente em si próprios.

Nem todas as mulheres ou homens possuem o dom de fazer artesanato. Cada um possui um ofício próprio que difere do outro. O repasse dos conhecimentos, do modo de fazer artesanato, a meu ver, tem sido uma preocupação das mulheres indígenas mais velhas, que enxergam as meninas mais novas como desinteressadas, devido às fortes interferências da sociedade em volta. Penso que nem sempre seja desinteresse, mas resultado da inserção das mulheres indígenas mais jovens nas universidades e em outras profissões que passaram a tomar o lugar de tarefas Ticuna, como é o meu caso.

O reconhecimento dos conhecimentos produzidos de geração em geração, é inacabado. Como portadora de uma cultura recebida no seio do meu povo, que se articula com os conhecimentos adquiridos na academia, creio que a interação com meu povo reforça ainda mais nossa identidade e continuidade social e cultural. Quando se fala em patrimônio, podemos pensar na transmissão de saberes e conhecimentos às próximas gerações, como propriedade do povo Ticuna. As culturas se transformam com o passar do tempo, mas não se perdem jamais.

Não me vejo no campo dos museus. Porém, considero os museus importantes para salvaguardar objetos e registros de bens culturais imateriais. Como exemplo disso, nós Ticuna temos o Museu Magüta, que guarda um variado patrimônio material e imaterial de nossa cultura, que deve continuar viva por muito tempo.

A mulher, como reprodutora da continuidade populacional dos povos indígenas, também desempenha um papel superimportante na construção da identidade de seus filhos, através de ensinamentos

de práticas e modos de fazer os utensílios de uso doméstico, artesanato, rituais etc., garantindo assim a preservação e repasse da cultura às novas gerações. O ritual da Moça Nova, por exemplo, é um momento importante para todas as mulheres Ticuna, tanto para a menina moça como para as anciãs. Tudo isso é patrimônio cultural Ticuna imaterial. A valorização dos conhecimentos tradicionais do Povo Ticuna não está presente apenas no artesanato, mas na prática e repasse dos costumes apreendidos ao longo do tempo. É a manutenção viva das memórias dos mais antigos, que interage e se articula com as concepções e relações entre homem, natureza e cultura, estabelecendo o bem viver na sociedade indígena.

Para os povos indígenas, os patrimônios culturais possuem significados sociais profundos, envolvendo valores sagrados e interligados com os espíritos ancestrais, conforme suas visões próprias de origem do mundo. Para as sociedades nacionais, muitas vezes esses patrimônios acabam sendo estáticos, nem sempre compreendem os valores dados pelos indígenas aos objetos.

ROSI WAIKHON

POVO:

WA'ÍKHANA/PIRÁTAPUIA

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAZONAS (UFAM), DOUTORA
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA (UFSC)**

HISTÓRIA DE VIDA

UMA TRAJETÓRIA NA ARTE

Waíkhon significa *mulher indígena* no feminino. Escolhi usar esse sobrenome artisticamente. Não uso meu nome indígena (recebido no nascimento) em público porque aprendi que deve ser usado só quando eu estiver sendo benzida, pois expondo fico vulnerável. Parece algo irrelevante para a sociedade não indígena, mas levo a sério.

Minha trajetória artística é algo que gosto de falar. Havia finalizado um trabalho de assistente de pesquisa com a antropóloga Marta Azevedo em São Gabriel da Cachoeira e em busca de outro trabalho tentava comprar passagem aérea pra Manaus. Chegando no escritório da empresa, a funcionária disse que o avião estava fretado e disponível para um grupo de artistas indígenas que iam fazer uma apresentação no SESC em São Paulo. Perguntei para a moça: tens algum nome de referência? Ela respondeu: é Alvaro Tukano, ele nesse momento está na sede da FUNAI. Logo corri para lá, e fui conversar com ele explicando que precisava deslocar para Manaus e se não poderia me incluir no voo. Ele perguntou se eu sabia dançar “Carriçú”, respondi que sim, então ele respondeu ‘vamos conosco para São Paulo, estamos precisando de uma dama’. E assim fui direto para um ônibus onde estava todos os indígenas e assim que entrei havia um lugar vazio, do lado um Sr. de mais idade. Fui apresentada a ele que seria sua dama; ele não gostou “você é muito jovem...”. Fiquei de certa forma incomodada, mas fiquei em silêncio. E assim fui junto com o grupo para São Paulo. Quando chegamos lá percebi que era um mega evento. Fomos alojados num hotel bem bonito e deram informes sobre o evento e os dias de nossa apresenta-

ção. O nome do evento era “Mundão”, no SESC Santo Amaro, quando lá chegamos haviam artistas brasileiro e de várias partes do mundo. Ganhamos um crachá que permitia que tivéssemos acesso nas diversas apresentações, recordo que não sabia dimensão do evento e que nem todos tinham acesso. Lembro que em um dado momento estava ocorrendo a apresentação de um grupo e uma jovem pediu emprestado meu crachá para entrar, eu sem pensar dei para ela, depois fiquei preocupada para tê-lo de volta, mas ela devolveu. No dia da nossa apresentação fomos no camarim nos arrumarmos e aconteceu algo que me marcou profundamente. Eu estava super animada colocando adereços, pintando a face e o corpo juntos com outras mulheres e vi uma que mantinha uma corrente com uma medalha de imagens católicas no pescoço, então me aproximei e disse pra ela retirar no momento da apresentação, depois usar novamente. Ela delicadamente pôs a mão na medalha com um gesto de proteção para que eu não retirasse. Sinceramente senti como uma pessoa muito ruim, na ocasião pedi com intenção de entramos somente com ornamentos indígenas. Me senti mal por ter pedido à mulher que o retirasse e, da situação, aprendi que não posso mudar processo de contato com o mundo branco e sim convivê-lo com eles. Foi uma primeira experiência de atuação da apresentação de nossas danças e cantos. Foi uma performance marcante que ajudou a ter uma visão ampla sobre valorização dos conhecimentos dos avós. Dediquei mais tempo recordando as narrativas, escrevendo.

Quando criança em Tapuruquara (Santa Isabel), uma das apresentações que recordo foi apresentação de um “dabucuri”; meu par era estranho, ele tinha uns cabelos castanhos e a pele branca, quando entramos no palco o público ria de nós, nunca esqueço, imaginava que riam porque éramos crianças apresentando algo

sem muita organização. Um outro momento que recordo é de uma apresentação de dança folclórica de festas julinas, eu estava toda arrumada e meu cavalheiro não havia ido, então improvisaram um par e coloracaram um chapéu de papel enorme nele e assim fomos apresentar e percebi que o público apontava: “olha que chapéu grande” – e davam gargalhadas.

Anos depois no movimento indígena sempre que finalizavam reuniões e assembleias fazíamos apresentação, dançando Cariçú, a performance que mais gostava era da “plantando pimentas” e das “borboletas”. Geralmente quem toca instrumentos e produzem melodia são os cavalheiros. Tenho registro de uma performance durante o período que estava como liderança representativa.

ESTUDOS

Eu nunca quis estudar, meu sonho sempre foi ficar em casa do lado dos meus pais, de meus irmãos e parentes, ouvindo as histórias de meus avós, viajando para sítios de meus tios, colhendo frutas, tomando banho de rio, correndo na praia e cuidando das plantas. Ainda criança meus pais me convenceram a estudar e incentivaram. Disseram que era para entender o mundo dos brancos e assim defender nossa terra, porque meu bisavô Caetano disse que chegaria um tempo em que teríamos problemas de invasão do povo branco em nossas terras. O meu pai fala seis línguas: Português, Pirá-tapuaia, Tukano, Nheengatu, Castelhana e Yanomami. Queria escrever para contar processo de violência contra meus Avós. Meu avô dizia que tinha que estudar para defender a terra e assim podermos viver nela.

Tenho um irmão mais velho, formado em Ciências Sociais, e uma irmã mais velha que se formou em Pedagogia. Nas primeiras sé-

ries eu me apaixonei pelas “ciências”, pela prática do experimento do feijão. Nas férias, quando ia para roça com meus pais, eu queria sempre levar algo da roça para meus coleguinhas. Em um retorno das férias, levei umas folhinhas de bananeira para mostrar que eu havia feito uma saia com as folhas. Em outra, um ossinho de *cabeçudo* (espécie de tartaruga), que meu avô havia preparado para me mostrar como o pequeno osso vibrava de um lado para o outro. Para mim aquilo era fantástico, foi feito pelo meu avô durante dias. Ele secou, furou, pintou, buscou fios de nylon, teceu, enfim, teve um trabalho. Mas meus professores não deram nenhuma atenção, falaram que aquilo não tinha nada a ver com Ciência. Passei a ter raiva de meus professores e pensava: “um dia vou ser cientista”. (risos)

Inicialmente não entendia o que era seguir uma carreira, meus pais sempre diziam: “Estuda áreas diferentes para entender um pouco de cada coisa”. Um dia, na escola, ouvi uma colega falando do Curso de Medicina na UFAM. Eu perguntei como era, ela respondeu que era para cuidar das pessoas, então respondi: “Meu bisavô fazia isso, ele cuidava das pessoas” (meu bisavô era Yaí e cuidava das pessoas). Diante disso, assim que terminei o Ensino Médio em 1993, preenchi um questionário de aproximadamente cinco páginas, onde tive que responder perguntas como orçamento da família, condições de moradia etc. Pelas perguntas já eliminava qualquer candidato, mesmo assim prestei o vestibular. Obviamente não passei. No decorrer do caminho, encontrei o Historiador Márcio Meira, que fazia pesquisa na região (na época eu lecionava História do Amazonas, na escola Santa Isabel). Daí achei interessante estudar História, assim, no ano seguinte fiz novo vestibular na UFAM e não passei.

Em 1997, a UFAM promoveu um vestibular na área de Ciências Sociais e Filosofia. Só poderiam participar professores que estavam dentro de sala de aula, infelizmente eu não pude fazer porque havia sido demitida, um dos motivos da demissão “falava muito sobre história de violência dos brancos contra população indígena”.

Em 2005 fui contratada pela Escola Dom Miguel, em São Gabriel da Cachoeira. Tive oportunidade de prestar o vestibular Normal Superior (curso específico para lecionar no Ensino Infantil e 1ª série inicial), terceiro grau para professores do interior do Amazonas. Em 2007 prestei vestibular na Licenciatura em Ciências Biológicas da UFAM, modalidade à distância, específico para professores em Sala de Aula para poder lecionar no Ensino Médio. Durante esse percurso, conheci diversos antropólogos que desenvolveram pesquisa na região do Alto Rio Negro e vi o olhar, as atitudes deles em nossa região, e diante disso, quando recebi a bolsa da Fundação Ford, optei por fazer Antropologia e ao mesmo tempo graduar-me em Ciências Biológicas. Profissionalmente sou Bióloga.

Diante dessa trajetória, diria que seguir uma carreira (pensando no mundo branco) é algo para o mundo branco. Para mim, se meus pais disseram que eu deveria conhecer um pouco de cada coisa para defender nossas terras, devo afirmar que minha “carreira” é aquela pela qual eu me apaixonei quando criança, a de Cientista. Não sou Professora, Bióloga e nem Antropóloga, sou uma cientista indígena. Na graduação em Ciências Biológicas trabalho de conclusão de curso foi “Gestão Ambiental no olhar indígena”. No mestrado estudei a criança indígena e o processo próprio de aprendizagem. No doutorado dei continuidade estudo na antropologia da criança e defendi a tese sobre as habilidades e saberes

importantes para viver no alto Rio Negro, o qual foi fundamental para trazer a memória e sabedoria dos meus Avós .

Finalizei doutorado em novembro de 2021. Voltar à área implica envolver-se com projetos. Estou interessada em montar uma rede de pessoas que trabalhem com sustentabilidade no Rio Negro. De fato, para mim só faz sentido estudar se houver um plano de retorno.

Fui orientada quando criança a viver o presente, então a palavra “futuro” soa um tanto estranha. Diria que não tenho futuro, o futuro é algo que não existe. Penso que muitas pessoas que se preocupam com o futuro deixam de viver cada momento presente de suas vidas. Das coisas importantes que estão no meu presente, é compartilhar o que sei com os outros, é não deixar nada para depois, desde as coisas pequenas, como quando eu compro uma roupa, um sapato, por exemplo, não guardo para usar no futuro, eu logo uso. Quando consigo um trabalho remunerado, compartilho com minha família, meus parentes, porque é assim que aprendi. Tenho que ajudar sempre, mas é uma das coisas que vejo que está se perdendo com geração escolarizada. Após finalizar o Mestrado, consegui um trabalho na Assistência Técnica Rural Indígena. Parte do meu salário eu dediquei ao trabalho voluntário junto às famílias indígenas, organizando a produção da roça e o artesanato para comercialização.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTOS INDÍGENAS

A política indigenista pensada pelo Estado envolve temas importantes para serem pensados. Na prática, é difícil acontecer como deveria, sobretudo a questão do território e o uso de nossas terras.

Embora o Estado garanta o direito de uso, ficamos vulneráveis porque a qualquer momento, quando for do interesse dos grupos políticos no poder, eles passam por cima das leis. A FUNAI poderia contribuir muito, mas grande parte dos profissionais não cumpre e não leva a sério o objetivo proposto. Uns têm uma visão paternalista, outros entraram apenas para ingressar no emprego público; são poucos funcionários que executam de fato os trabalhos junto às comunidades indígenas. Isso vale para instituições como Escolas, Saúde Indígena, entre outros. Já a política indígena é pensada pelos próprios indígenas através das organizações criadas para o diálogo com o Estado. Me parece mais viável para garantia de nossos direitos, mas percebo certo afastamento de algumas lideranças indígenas quando são tomadas pelo encantamento do mundo branco (o dinheiro). Eles perdem os ensinamentos de nossos avós, aqueles sobre agirmos com sabedoria e ajudar coletivamente.

Da forma como foi pensado inicialmente, o Estatuto do Índio exclui a capacidade de pensar os povos indígenas como protagonistas, sobretudo quando se tem a ideia de “incapacidade” e de “integralização”. Eu não participei, mas existiu uma reformulação do Estatuto com participação de representantes indígenas, atualmente parada no congresso, por isso penso que é necessário as lideranças ficarem atentas.

Sem território não tem alimento, sem alimento não tem saúde e educação, ou seja, a vida. Muitos povos indígenas estão sem seus territórios porque foram expulsos. As políticas de saúde e educação são importantes e de direito para os povos indígenas acesarem, mas vejo que as execuções dessas políticas não ocorrem como deveriam. Constatei casos terríveis dos acompanhantes dos pacientes indígenas por profissionais da saúde em 2011. Isso en-

quanto acompanhávamos minha mãe, que havia fraturado o fêmur. Ela não foi com recurso da saúde indígena porque não tem certidão indígena, o que considero uma afronta, ser obrigada a ter um papel para dizer quem somos. Outros, que a meu ver não são indígenas, devem se sentir seguros com papéis expeditos pelo Estado atestando que são índios. Nossos ancestrais não precisam de papel para dizer que sou Pirá-tapuia, e gerações e gerações me reconhecem como tal. Os indígenas ficam jogados pela varanda dos hospitais; mesmo com muita dor no coração, eu não podia fazer nada, pois na cidade, com pouco dinheiro, só podia dar atenção para minha mãe. É aí que tenho sérias críticas aos que trabalham/executam políticas de saúde para povos indígenas sem sensibilidade nenhuma. Há anos meus avós se recusavam a ir aos hospitais por conta disso. Eles preferiam as curas através dos benzimentos, ervas medicinais. É isso que penso que devemos fortalecer. Quanto à educação, é bonita a teoria, mas acabamos indo no mesmo caminho de uma educação onde se tem o controle do estado (saber, escrever, ter um certificado e arrumar um emprego), e na minha opinião, isso não faz muito sentido.

O reconhecimento do Estado é importante, mas a meu ver, a FUNAI, como órgão indigenista, tem muito a contribuir para que isso ocorra de fato. Por exemplo, temos direito a documentos pessoais, mas até chegar a retirar documentos básicos não é fácil, principalmente para quem mora em comunidade distante. Deveria haver um diálogo com as instituições de governos para que de fato isso venha a se concretizar. Mas, pensando no Brasil, primeiro deve-se reconhecer o território. E das áreas reconhecidas, deve-se dar atenção para que não sejam invadidas pelos garimpeiros, madeireiros, etc.

Só em 2004 conseguimos formar um departamento de mulheres indígenas na FOIRN (Federação de Organizações Indígenas no

Rio Negro). A COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica) foi depois. O Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN voltou-se inicialmente para o trabalho de mobilização comunitária com famílias no entorno de São Gabriel e revitalização de trabalhos como cerâmicas, tucum, fortalecimentos de roças para geração de renda. Na época em que estive como diretora (secretaria executiva) representante na FOIRN, moveu-se uma ação contra pais que não assumiam a paternidade, para que a assumissem e paguem pensão, foi uma ação prática e com resultados importantes para crianças.

PATRIMÔNIOS

Eu não sei o que seria o mundo sem as Artes; gosto de Poesia, desenhar meus sonhos, escrever qualquer coisa que me dá vontade, e recuperar os utensílios de meus avós. Me encanta a ideia de colecionar algumas para uso, outras para ornamentar minha casa. Uma de minhas atividades foi colaborar junto às comunidades para a revitalização da arte para exposição e comercialização local, donas das roças os artesãos como protagonistas.

Fiz uma disciplina de Antropologia do Patrimônio Cultural. Sinceramente, nunca tinha ouvido falar essa palavra, daí fiquei pensando que o único patrimônio que tenho é a voz do meu avô gravada (eu não deveria ter, pois quando eles morrem não devemos guardar nada, nem mesmo a casa deles, ela deve ser queimada). Refletindo sobre isso, hoje creio que entrei em outro universo tentando guardar alguns objetos (risos).

A primeira vez que entrei em um museu, achei estranho e triste. As peças pareciam não ter vida e trazia um ar de algo que passou e morreu. Nós indígenas como algo do passado, nossos Avós se

foram, mas nossa geração está aqui continuamos a luta e revivendo a arte de nossos Avós.

Gostei muito da experiência numa viagem no EUA, onde conheci o Centro cultural dos indígenas Pojoaque, no Novo México. Fui com outros indígenas e, quando retornamos ao Brasil, conseguimos, juntamente com as mulheres indígenas, um projeto de centro cultural que se consolidou na Wariró, administrado pela FOIRN. Infelizmente, foi incendiado em 2013. Doeu muito em mim e pior foi as lideranças indígenas locais representativas na época não fazer nenhum protesto; fiquei aborrecida na época, pois aquilo era símbolo importante de nossa Arte e memória. A tristeza maior foi porque a representante da organização era uma mulher que, a meu ver, não teria o mesmo pensamento que outras mulheres sobre o valor do centro. Obviamente que cada uma tem suas razões ela pode ter as suas para o silêncio na época. Enfim sou do tipo antigo onde valorizo muito a palavra dos Avós que não escrevem nos papéis, mais que mantinham peças de cerâmicas, adereços de penas que duravam séculos.

Muitas mulheres, como minha mãe, têm enorme conhecimento sobre cerâmica, manivas, plantas, considero algo vivo e prático no fortalecimento de nossa identidade. Na atualidade, minhas escritas da academia são uma produção cultural. O sítio dos meus pais, as manivas da minha mãe, a forma como meu pai cuida das plantas, como faz as mudas, como tece um aturá, também é uma produção cultural indígena que tem valores não comerciais, mas que fazem parte de nossa memória como grupo étnico e povo. Da forma como o Estado brasileiro pensa o patrimônio indígena, parece requerer mais diálogo, cada povo indígena sabe ou tem uma definição do que é patrimônio e sua importância deve ser discutida com os próprios grupos.

SANDRA BENITES GUARANI NHANDÉWA

POVO:

GUARANI NHANDÉWA

NASCIMENTO:

1986

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**DOUTORANDA PELA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, (PPGAS/
MN/UFRJ)**

HISTÓRIA DE VIDA

Minha família sempre morou em Iguatemi (MS). Meu pai, Santo Amaurilio (Kaiowa), nasceu em Amambai, foi para a aldeia Porto Lindo. Minha mãe, Alexandra Benites (Nhandéwa), nasceu na aldeia Porto Lindo, cidade de Iguatemi. Nasci em Porto Lindo. Meu ex-marido, Vicente Samaniego, é Guarani Nhandéwa. Temos quatro filhos: duas meninas e dois meninos. A mais velha está com 26 anos e o mais novo tem 18.

Cheguei no Espírito Santo (ES) em 2000. Levei três filhos. Cheguei lá grávida do menino mais novo. Ele nasceu em 31 de janeiro de 2001 e foi o único filho que eu tive no hospital. Os outros três foram de parto em casa. Quando cheguei na aldeia Boa Esperança, comecei como agente de saúde comunitária, indicada pelas próprias lideranças, por isso meu filho nasceu no hospital. Para mim não foi experiência boa. Estava sozinha, não tinha acompanhante. Na aldeia foi mais tranquilo, porque a avó, a família e o marido acompanharam o processo de parto. No hospital eu me virei sozinha. O marido estava trabalhando na hora que começou o trabalho de parto, só foi depois que ele nasceu. Ele foi no carro que era da saúde, da FUNASA; foi um médico acompanhando até o hospital. Mas depois que entrei na sala de parto, só tinha uma enfermeira e havia oito mulheres grávidas. O médico só veio na hora que o filho nasceu. No nosso costume não é legal ficar sozinha na hora do parto. Trabalhei no Espírito Santo durante 4 anos, de junho de 2000 até 2004.

SER MULHER

A mulher indígena não tem muito destaque. Muitas vezes não se fala das mulheres porque, em geral, a maioria são os homens. Mas

a gente precisa se destacar, porque é a mulher que sai mais para a luta. A mulher Guarani é respeitada dentro da comunidade, no costume, no ritual. Quando vem a primeira menstruação, tem aquele ritual de ficar em casa. Em cada menstruação ela fica no cantinho. Quando ela começa a trabalhar, isso não é visto, não é respeitado porque o próprio sistema diz que não pode descansar. No nosso costume, tem que parar de trabalhar, mas na sociedade nacional não há este espaço para descansar quando menstruada. Por ser mulher, não consigo entender que, quando vai estudar fora, tem que deixar o filho pequeno. A gente é obrigada a deixar os nossos filhos. Na aldeia, quando a gente tem o filho pequeno, o levamos e todo mundo cuida. O cacique nos incentiva a levar nosso filho. Mas na sociedade branca, a gente não pode levar o nosso filho. Isso é em todo o lugar, no trabalho, na universidade, na escola. Quando podia levar o meu filho, eu levava. Levei em Brasília no evento da Articulação de Mulheres Brasileiras, em 2010.

Havia 600 mulheres e só ele de criança. A gente ficou no alojamento com várias mulheres. Ele ajudava, levando a meia, a toalha, para as mulheres. Agora ele tem 18 anos. É inteligente, não tem essa visão preconceituosa com as mulheres nem os homens. Tinha duas lésbicas se abraçando e havia outra criança não indígena que ficou assustada, mas o meu filho agiu naturalmente. E até hoje ele é assim, tudo ele vê como natural. Ele aprendeu, sabe conviver e perceber a diferença do outro como normal. Ele sempre andou muito comigo. Nesse mundo complexo, ele enxergou isso como normal. Quanto a mim, tenho dificuldade de compreender essa limitação para as mulheres. As mulheres que têm filho são limitadas. Sempre fico me perguntando, me questionando sobre isso.

Falando do nosso movimento de mulheres Guarani, temos a nossa forma de nos organizar. Por exemplo, quando a gente vê algo que

não está sendo contemplado na política ou na reunião, em qualquer situação, as mulheres se juntam, formam um lugar de fofoca, mas não é só para fofocar, é para se unir, fortalecer. Elas se juntam para escolher uma porta-voz neste momento. Nesse grupo que a gente se junta para fofocar não tem limite de idade, vai de menina nova até velha. A gente se reúne para reclamar de tudo: do filho, do marido, dos caciques, das aldeias. Mas é nesse lugar que chegamos à conclusão de quem vai ser a porta-voz. No ES, fui escolhida para ser a porta-voz. Sou a escolhida porque falam que sou a mais corajosa. Eu transito nesses dois mundos, circulo muito nas aldeias, e elas me veem como corajosa. Me veem como referência e querem também seguir o mesmo caminho, para estudar, fazer essa luta, essa militância, se inspiram em mim. Sou muito a favor desse lugar da fofoca, que é um lugar de alegria onde acontece de tudo. Às vezes ocorre uma situação de uma mulher que não está bem com o marido, está sofrendo uma violência. Num caso desses, a gente chamou a mulher, mas o marido não a deixou ir. Os homens sabem que o lugar de fofoca é o lugar de poder, de política das mulheres. O marido não queria nos deixar ir, mas ia a filha mais velha dela. A gente usou a filha para ela se decidir a mudar de aldeia. Juntamos o dinheiro para ela sair daquela aldeia para outra. Ela ficou cinco anos na outra aldeia e arranhou outro marido. Assim é a nossa forma de ajudar uma à outra. É assim a nossa organização enquanto mulher Guarani.

É possível e devemos ter direitos. São apenas mundos diferentes, uma política diferente. É só lidar com esses dois mundos. Construir esses caminhos, não ficar somente na cultura Guarani, e também ter uma profissão, como Médico, Biólogo, Dentista. Mesmo numa situação de conflito, é possível pensar a cidadania a partir de uma legislação que permita à educação escolar indígena trabalhar esses dois mundos.

ESTUDOS

Em 2003, ainda trabalhando como agente de saúde, fui fazer magistério. Fiz curso de formação de professores Guarani do Sul e SE. O curso se chamava Kuaa – Mbo'e. Viajava para Santa Catarina duas vezes por ano. Era um projeto do MEC e da secretaria dos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vinham professores destes estados para o curso. O meu sonho era ser Enfermeira, mas quando fui trabalhar como agente de saúde, vi que não tinha condições de atuar com a questão da saúde diretamente. Sou enjoada, não consigo olhar, tenho medo de cuidar das pessoas. A minha mãe é parteira, mas não tenho vocação para isso. Terminando o magistério em 2010 (diploma para dar aula da primeira à quarta série), comecei a fazer o vestibular para uma Licenciatura Intercultural Indígena, oferecida pela UFSC. Comecei o curso em início de 2011 e terminei no final de 2014. O diploma é para trabalhar dando aula de Educação Infantil ao Ensino Médio, mas direcionada para os indígenas. Em 2004 fui para a sala de aula mesmo não tendo o magistério, estavam precisando de professor e pude dar aula até 2012. Parei por causa do meu estudo. O curso de licenciatura recebeu bolsa permanência do MEC (R\$900) já no meio do curso. Antes de receber a bolsa e até o final do curso, quem pagava a passagem era a FUNAI. Na licenciatura, a hospedagem era por conta da própria universidade. O alojamento estava em reforma, então a UFSC, junto com o MEC, bancou a hospedagem durante o curso. Íamos quatro vezes por ano, cada etapa durava praticamente 25 dias.

Parei de ministrar aula em 2012 por causa da bolsa permanência. Fazia bicos de professora substituta que dá aula para criança. Depois de 2014 concluí a faculdade, fiquei sem bolsa, tive que

trabalhar com bicos, substituindo, dando palestra. Vim para o Rio de Janeiro. Em novembro de 2014 fui contratada para trabalhar na coordenação pedagógica no município de Maricá. Houve desavenças das equipes onde eu trabalhava e, para não ter conflito com isso, desisti. Fui chamada em 2010 para fazer parte de um projeto que se chamava “Observatório de Educação”, coordenado pelo Professor Ribamar Bessa, parceria UNIRIO e UFMG, coordenado por Ana Gomes. Fui aluna do Bessa no magistério. Vendo a minha dedicação à educação, ele me chamou para fazer parte desta pesquisa. Sempre lhe perguntava o que não sabia, por isso ele viu o meu interesse. Ele foi professor do magistério e também da licenciatura. Dei aulas sobre bilinguismo três vezes. Convidada para trabalhar como pesquisadora, ganhei bolsa da CAPES de R\$750 em julho de 2010, que parou por três meses em 2013 por causa da bolsa permanência. Ela foi renovada até 2016 mas parei em fevereiro daquele mesmo ano por conta do mestrado (bolsa CNPq).

A pesquisa do mestrado me ajudou muito. Viajei, fui a algumas aldeias, como Paratí, Bracuí, viajei para o MS para visitar a minha família, observar e entender melhor as coisas. A minha pesquisa sempre foi direcionada à identidade Guarani, como ela se constrói, a influência do impacto ambiental, o conflito pela demarcação de terras e como é influenciado.

A bolsa me ajudou muito, porque sou eu que tenho que escolher a pesquisa que quero desenvolver, então tive mais autonomia. Vinha muito ao Rio de Janeiro para falar sobre os Guarani nas aulas do professor Bessa. No final de 2014, precisava de um interlocutor para fazer a mediação entre a educação escolar indígena e a Secretaria de Educação. Podia estar nas duas porque a de Maricá era uma

prestação de serviços. Em Maricá trabalhei só de novembro de 2014 a dezembro de 2015.

Essas viagens atrapalharam muito minha relação com o marido. Ele cuidava das crianças e ajudou muito. Por eu ser mulher, tinha a responsabilidade de fazer tudo de uma vez. Eu chorava muito por deixar o meu filho pequeno. Quando comecei o magistério, o meu filho tinha dois ou três anos. Acho que o afastamento do meu marido foi por isso. Tinha que viajar para ver a situação de outros parentes, então não podia cuidar dos filhos. A cobrança sempre vem: ou você se dedica a seus filhos ou se dedica aos estudos. Os meus filhos já são grandes, o pai cuida bem deles, decidi sair e deixar eles tranquilos porque não dava para conciliar os dois. Se ficasse em casa cuidando dos meus filhos, não teria como seguir com estes estudos, então tive que optar. Mas não sou frustrada com isso. Eu sempre vou para casa e os meus filhos estão bem. Sempre que tenho uma folga, fico lá uma semana, um mês. Eu e o meu ex-marido nos damos bem. Tentamos não discutir pelo bem-estar das crianças e o nosso. Não dá para discutir por causa de objetivos diferentes. Ele não tem outra mulher. A gente não tem mais relação, mas somos amigos, a gente cuida bem um do outro. Não quero ter conflito com ele. Aos poucos a gente se acostuma com isso, enquanto o outro estiver tranquilo e aceitar que é doloroso. Ele disse que no ano que vem vai voltar para o MS. Ele quer seguir a carreira dele. É muito querido e se envolveu com a questão política. Já foi convidado para ser vereador, mas nunca quis. Agora ele quer se candidatar. Mas ainda não tem partido. Um antigo amigo dele foi prefeito no município de Japorã, acho que pelo PT. Pelo que estou vendo, os indígenas estão se aliando mais com o PSOL.

Na pesquisa do mestrado, continuei falando sobre o conhecimento Guarani e o processo de formação Guarani dentro da sua própria cultura, e analisei os impactos dessa identidade cultural. O objetivo é mostrar para as pessoas que não conhecem a questão indígena e esclarecer o impacto que sofremos pela falta de demarcação de terras, pelo fato de não ter terra boa, não ter mato. Já fiz isso desde a graduação e quero ampliar mais no doutorado. Na graduação falei sobre a infância Guarani e o processo dos elementos fundamentais para a manutenção da identidade Guarani: o jeito de ser, os rituais, a importância do ritual para as crianças, para a família. E como a escola não consegue lidar com este processo de ritual. Como se consegue discutir isso na escola, ou não(?). Então continuei com esse tema no mestrado com a Bruna Franchetto.

Meu plano é continuar falando sobre o meu povo para quebrar o preconceito das pessoas que não conhecem o nosso jeito de ser. Pretendo voltar a dar aula para jovens, trabalhar essa questão política do Guarani com este outro mundo dos não indígenas. Trabalho para fortalecer a identidade porque também é importante dialogar com outras culturas e outros movimentos.

No ano que vem quero fazer o meu projeto com jovens, com bolsa ou sem bolsa. Pretendo voltar para a aldeia Porto Lindo, onde há muitos jovens e poucos professores. Quero dialogar com os pais, os professores, fortalecer o ritual, o canto sagrado, o conhecimento. Não quero me candidatar como política. Quero formar os jovens de hoje para que eles encarem essa política. Temos que olhar essas duas faces, sem perder a identidade para se manter nessa política. Se o jovem não conhecer bem as suas origens, vai se perder. Você pode querer qualquer coisa, mas sem perder a sua identidade, para

manter o equilíbrio e manter a causa do povo da sua comunidade; a gente tem que saber defender. Prefiro formar estes jovens, mas não quero ser política. Não gosto de enfrentamento. E quando você está diante da política do branco, é um confronto completo. Ou você se cala ou você enfrenta. Eu não me calaria. Mas o jovem que está com essa formação de dois mundos, ele também pode buscar uma forma de dialogar, sem confronto.

Quero voltar para trabalhar, mas fazendo essas idas e vindas e também fazendo essa ponte, viver aqui e lá. O meu sonho é trabalhar com os jovens neste projeto. Há muito conflito, a demarcação das terras, e sofremos muita discriminação. Dentro da aldeia está muito tenso, tem muita gente no mesmo lugar. Quero continuar a minha pesquisa para poder entender e ajudá-los. No doutorado estou dando continuidade a esse projeto.

O POVO GUARANI NHANDÉWA

A aldeia Porto Lindo (Ywykatu – significa “terra sagrada”) foi demarcada mais ou menos em 2010. O rio Jacaré não secou, mas diminuiu o fluxo de água e já não tem mais mato. A cabeceira do rio fica nas fazendas. Atualmente não sei quantas pessoas habitam lá. O povo saiu de lá em 2000 e foi para o ES; na época, havia mais ou menos 3.000 pessoas. Eu fui para lá com o marido e os filhos, mas ainda tenho contato com os pais. Todo fim de ano vou visitá-los. Os filhos moram com o pai no ES. Morei na aldeia Guarani MbyaBoa Esperança, município de Aracruz. Fomos ao ES para visitar os parentes e acabamos ficando lá. No ES havia menos pessoas e no MS era muita gente. A terra no ES não era boa de plantar. Vivemos de turismo e artesanato. A reivindicação para demarcação começou em 2004. A área está sendo

demarcada e aumentou a terra. No ES são duas etnias: Guarani e Tupiniquim. Era mais tranquilo, porque havia menos famílias. Os filhos estudam lá mesmo, os meus formaram-se lá.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Eu tive pouco acesso a informações sobre a FUNAI. Desde o começo da minha caminhada, a FUNAI ajudou no magistério, nas passagens para ir e voltar, na alimentação. Houve alguma parceria e foi ótimo. Outra questão política eu não saberia dizer. A questão da demarcação da terra é uma coisa legal. O problema é quando envolve as pessoas, os próprios funcionários. Depende de lugar para lugar e também de funcionário para funcionário. Mas a FUNAI é fundamental para a demarcação, para conversar, fazer a pesquisa antropológica. Hoje pelo menos há muitos funcionários jovens que são formados, que são mais sensíveis para conversar. Mas sem dinheiro não vão fazer nada. Por outro lado, acredito que estes jovens que entraram agora estão mais dedicados, estão do lado dos indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) está fazendo denúncias, apoiando os índios para mostrar o que não está sendo mostrado. Tem um papel muito importante nessa luta, em todos os sentidos da formação e da informação.

A tutela vem ocorrendo desde muito tempo. Hoje que a gente não tem, é para nos intimidar de verdade, para nos controlar. Por isso que é bom que os jovens entendam estes dois mundos, para não serem tutelados. Assim, mesmo neste mundo que não é deles, vão saber dialogar e não ser tutelados. Você é tutelado quando não enxerga estes dois mundos. Meu projeto considera estes dois mundos.

dos. Desde o magistério venho falando com os professores. Quero dar oportunidade aos jovens para discutir, dialogar. Assim diminuiria a tutela.

A legislação deve garantir a autonomia, porque nós somos capazes, apenas somos diferentes e não somos respeitados dentro da nossa diferença. Somos capazes sem abandonar a etnia à qual pertencemos. Principalmente em relação à natureza, porque para nós ela é sagrada. Se desenvolvêssemos o nosso projeto em relação à natureza, seria totalmente diferente desse mundo chamado de progresso.

Os movimentos das organizações indígenas ainda são muito limitados. Precisamos avançar mais, ser mais ativos, chamar mais, envolver mais os jovens que precisam ser motivados a participar. Geralmente quem participa mais desses eventos, manifestações, reuniões, são as lideranças. Precisamos nos organizar para colocar os jovens para participar, colocá-los à frente. A organização precisa encontrar uma forma de envolver mais, não limitar muito, mas se unir também. O importante é ter mais união, dialogar mais. A gente se conhece pouco entre nós indígenas. É bom dialogar para ter força, mais pressão sobre estes políticos. Sofremos muito racismo, discriminação, todo o tipo de violência. Isso vem da ignorância na maioria das vezes. A gente precisa falar mais, se movimentar mais, as organizações precisam se movimentar de outra forma, para ter um debate e organizar esse debate mais ativo.

PATRIMÔNIOS

Concordo com os pesquisadores, que conseguiram através das pesquisas, bem ou mal, que essas fossem utilizadas para a demarcação das terras, o resgate da cultura, língua e saúde. É importante ouvir e entender. Sem pesquisa ninguém vai entender.

Poucos pesquisadores falam sobre essa questão, então é possível trabalhar juntos para dialogar com esses dois mundos. Pode-se concordar ou discordar, mas cabe discutir sobre essa questão. Já as empresas agem como destruidoras da identidade cultural. Todos os povos indígenas que vivem na aldeia, nesse espaço onde tem terra, mato, rio, dependem dessa identidade. Se isso não é preservado, tudo vai junto com a destruição da natureza. As empresas que impactam o rio, o mato, os animais, também atuam contra nossa identidade cultural.

Eu faço colares de sementes, meus filhos fazem arco e flecha, chocalho de cabacinha. Essa é nossa economia, a gente vende para turistas. No ES, sempre volto lá, também sobrevivemos com isso. Lá a alimentação tradicional é milho, que não dá mais para plantar, então a gente faz artesanato para plantar alimentos. Não tem arroz, feijão. Para comprar a gente precisa ter dinheiro. Quem não tem salário faz artesanato. Só planta o que dá para plantar. Batata dá bem, mas varia de aldeia para aldeia. Principalmente os Guarani do Sul e Sudeste fazem muito artesanato. É uma forma de sobrevivência.

Estudei até a quarta série no MS.. Fiz o supletivo no ES em dois anos, vivendo de artesanato. Faço por prazer, como uma terapia. O indígena faz arco e flecha, os paus de chuva. Quando comecei o mestrado, fiquei parada um pouco. Quando fiquei um pouco doente, voltei a fazer artesanato, e como não tenho semente, faço com miçanga. Vendo, faço para as amigas. Longe dos amigos, dos filhos, das famílias, é deprimente. Participo de todos os eventos para não ficar muito em casa. Fico deprimida por causa disso. Ler e escrever mexe muito com minha cabeça, não é prazeroso, já o artesanato sim. Ler e escrever é desgastante, cansativo. Eu gosto, mas me dá cansaço. Antes de escrever fico tensa. Eu leio bem, in-

terpreto. Se eu tiver que escrever, não quero escrever de qualquer maneira e isso me deixa tensa. No papel está tudo bonitinho, mas como não existe na prática, isso me deixa angustiada.

O patrimônio tem que ser lembrado. A história, o jeito de ser, também é um patrimônio. Por isso é importante o pesquisador guardar a cultura e mostrar para outras pessoas conhecerem. Para isso sair de fato, ir além, circular nessa sociedade. Há o ritual dos homens, a relação com o rio; o das mulheres tem a ver com a água nascente. As crianças têm a ver com o milho sagrado. Isso é o nosso patrimônio, que deve ser sempre lembrado e reconhecido.

Eu aprendi muito no movimento da aldeia Maracanã. Quando comecei a licenciatura, já conhecia os Pataxó, eles cederam para eu descansar na aldeia Maracanã em 2008. Eu estava no magistério ainda. Ia para o Espírito Santo, passava dias viajando, ficava com pouco dinheiro, tinha que ficar o dia inteiro. Aí ficava lá e fui conhecendo, então eles me chamaram, conheci a Marize Oliveira, ela agora se autodeclara Guarani. Ficaram na aldeia Maracanã antes de ir para Camboinhas. Fiquei na casa da Marize em Caxias por um ano. Ela é professora, militante, coordenadora da CUT. Ela conseguiu a casa da Minha Casa Minha Vida no Estácio destinada para as etnias.

Eu tenho nos últimos anos atuado como curadora em museus. Fui curadora de exposições no MAR e no MASP. Eu acho que é preciso ocupar espaços para mostrar como o povo Guarani vê o mundo. Museu tem uma coisa positiva e outra negativa. O positivo é que ajudam a preservar a memória que muitas vezes a gente esquece. Quando vemos os objetos, começamos a relembrar aquilo que não se lembrava mais. A partir daí, é importante que seja discutida ativamente essa memória que estava guardada no museu. Eu acho

que o ponto negativo é que o museu guarda, mas não discute de modo constante. O museu tem que abrir essa porta para se movimentar, discutir com a comunidade como um interlocutor. Como hoje muda, como mudou, como vai transformar isto. Não é para tirar, mas debater como se vê isso hoje. Se guardar e ficar muito fechado, torna-se algo tutelado.

TAYSE MICHELLE CAMPOS DA SILVA

POVO:

POTIGUARA

NASCIMENTO:

1985

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRE EM ANTROPOLOGIA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO NORTE (UFRN) E
LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO NORTE (UERN)**

HISTÓRIA DE VIDA

Tenho dois filhos de 10 anos que não são gêmeos. Moro na minha comunidade, Amarelão, com o meu companheiro, José Carlos Tavares, que também tem dois filhos de outra relação. A família só cresce. Tenho duas irmãs, uma faleceu em 2012 em consequência de problemas cardíacos. Hoje somos apenas duas irmãs de minha mãe Ivoneide, eu e Liziane, de 23 anos, que tem uma filhinha de 7 anos, Ágata. Essa é minha família.

Sou filha de uma professora e um agricultor (Seu Francisco Felipe, já falecido), duas lideranças comunitárias. Comecei a participar do movimento social por influência dos meus pais, aos 14 anos, em espaços de discussão sobre políticas públicas, de convivência com o semiárido (nossa comunidade está localizada em uma região semiárida), do movimento de mulheres. Sempre tive liberdade de escolha, fui muito decidida e independente graças à criação que recebi dos meus pais. Nunca me permiti baixar a cabeça para situações difíceis nem me intimidei diante de situações de opressão e violação dos meus direitos. Acho que o fato de ser mulher e de ter mulheres admiráveis na minha família, como minha mãe e minha irmã, sempre me deu forças para lutar pelo acesso e garantia dos nossos direitos.

SER MULHER

Ser mulher interfere bastante, por exemplo, nos meus posicionamentos sobre vários temas históricos. Sinto uma inquietação ao constatar a necessidade de uma escrita acadêmica contemporânea sobre a história das Mulheres indígenas no estado, mas não só contemporânea, faltam trabalhos acadêmicos sobre a história das Mulheres indígenas.

No momento, o tema de estudo mais importante que me recordo foi “O massacre encenado”, “O massacre de Cunhaú e Uruaçu”. A lei N° 8.913, sancionada em 2006 pelo governo norte-rio-grandense, decretou a existência de um feriado estadual dedicado aos mártires católicos mortos durante os massacres promovidos por holandeses e indígenas da região. Como pode um Estado que se diz laico sobrepor uma religião à outra? Lembro que nessa pesquisa apontei questionamentos como: Será que podemos atribuir somente aos indígenas a responsabilidade do ocorrido? Será que esse evento não era comum em tempos de guerra e disputas por território? Quem é beneficiado com a propagação desse discurso de mártires? Não seriam os indígenas também mártires de sua cultura? Não foram eles os mais atingidos durante a colonização, que tiveram de abandonar seus costumes, crenças e território em favor de um projeto político e religioso dos colonizadores?

Percebendo, então, a grande necessidade de escrita acadêmica contemporânea sobre os povos indígenas do RN, bem como sobre a história das Mulheres indígenas no estado, resolvi trabalhar o tema Organização Feminina do Amarelão. Através de diálogos orais com sujeitos da comunidade, soube que um dos momentos mais difíceis economicamente para a comunidade foram as décadas de 1970 a 1990, quando a maioria dos homens saiu da comunidade em busca de trabalho, e as mulheres e crianças que permaneceram eram responsáveis por toda a organização e decisões comunitárias. Como consequência deste momento, hoje as discussões políticas participativas e de tomadas de decisão na comunidade estão a cargo das mulheres. Por tudo isso, fiz o seguinte recorte temático para trabalhar na minha pesquisa: “Como as mulheres indígenas do Amarelão se organizavam nas décadas de 1970 a 1990?”.

O que mais me motivou quando fiz este recorte temático foi a necessidade que existe hoje de um trabalho acadêmico mais voltado para as especificidades das comunidades indígenas locais (RN). Mas também me preocupei, claro, com as fontes que poderia acessar e se teria condições de trabalhar com essas fontes de forma aprofundada. Então fiz um levantamento das fontes mais acessíveis e que me ajudariam durante a pesquisa a resolver a problemática aqui exposta.

Não costumo planejar o futuro, sou de pensar e fazer de imediato. Mas tenho um plano para o futuro, e tomara que um futuro bem próximo: descansar bastante!

TRAJETÓRIA

Desde meus 14 anos participo de discussões e movimentos sociais. De 2009 a 2014 trabalhei com uma ONG, a AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo), que atua com programas e projetos de convivência com o semiárido. Atuei como facilitadora de cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos e como Auxiliar Administrativa. Também trabalhei com várias coisas diferentes, como artesanato, Educação de Jovens e Adultos, Programa Mova Brasil do Instituto Paulo Freire, entre outros. No movimento local, sempre atuei auxiliando as demais lideranças do Amarelão em todas as linhas de discussão política (saúde, educação, terra e território, meio ambiente, gênero). Desde 2013 sou Coordenadora Administrativa da Associação Comunitária do Amarelão – ACA. Hoje continuo atuando no movimento indígena, dentre outros espaços. Estou como presidente do Conselho Local de Saúde Indígena, que abrange as comunidades de Assú, Amarelão, Serrote de São Bento/João Câmara e Tapará/Macaíba, e trabalho com Ensino Infantil na minha comunidade.

ESTUDOS

Adiei bastante o ingresso na universidade, principalmente por causa do meu envolvimento em tempo integral com o movimento indígena, mas fiz vários cursos voltados para Políticas Públicas, Gestão, Informática e Movimentos Sociais. Até que minha mãe me deu um ultimato para que eu prestasse vestibular. Primeiro fiz o Enem, passei e me inscrevi no PROUNI para conseguir uma bolsa para estudar Direito. Meu objetivo era me especializar em Direitos Indígenas para ajudar no movimento aqui no RN. Consegui a bolsa integral, mas desisti do curso porque não queria morar em Natal para estudar, porém ainda não desisti da área, talvez no futuro eu continue. Um ano depois prestei vestibular para Gestão Ambiental (que era minha área de trabalho na ONG AACC), mas não se formou a turma no pólo de João Câmara, EAD ECON, na modalidade ensino à distância. Enfim prestei vestibular para Licenciatura em História, na UERN, e passei. Sempre gostei muito de História e me identifico com o curso para fazer dessa experiência uma oportunidade de contribuir com estudos acadêmicos voltados para a história da minha comunidade.

POVO POTIGUARA

O Amarelão, localizado no município de João Câmara, região semi-árida do estado do Rio Grande do Norte, é uma das cinco comunidades indígenas do estado identificadas e delimitadas pela FUNAI -que é a primeira etapa do processo de regularização de Terras Indígenas.. Somos da etnia Potiguara, e junto com os Potiguara do Catu/Canguaretama e os Caboclos/Assú, fomos os primeiros a iniciar a luta por regularização de terras e por políticas públicas diferenciadas para povos indígenas no Rio Grande do Norte. Sempre participamos do Movimento Indígena estadual e nacional.

Uma dessas lideranças da minha comunidade atendia pelo nome de Mendonça, e virou uma referência para nós e uma forma de nos diferenciarmos do resto da sociedade. Somos identificados como comunidade Amarelão porque nossos antepassados cultuavam o Sol, subiam uma serra de madrugada e esperavam o Sol aparecer. Então desciam a serra cantando e tocando as maracás (instrumento de música feito com cabaça), e se referiam ao Sol como “o Amarelão”. Hoje nós somos conhecidos não como “os índios”, mas como “os Mendonças do Amarelão”. Temos 279 famílias, 926 pessoas (censo comunitário realizado em novembro de 2015), que vivem basicamente dos benefícios da castanha de caju.

A cultura e as tradições que nunca se perderam são: o casamento entre parentes de sangue (primos), aqui ainda é raro um Mendonça casar com uma pessoa que não seja Mendonça (independentemente de ser índio ou não); comer tanajura; comer caça somente com farinha e não misturar com outros alimentos como arroz, feijão (não praticamos a caça predatória); os hábitos alimentares: tapioca, macaxeira, beiju, a carne assada no fogo a lenha etc. Temos trilha com escritas rupestres na comunidade, artesanato, Toré (dança indígena Potiguara), entre muitas outras coisas.

Hoje, no RN, oito comunidades indígenas reivindicam regularização de suas terras: Amarelão, Serrote de São e Assentamento Santa Terezinha/João Câmara, Sagi-Trabanda/Baía Formosa, Catu (que fica na divisa entre Goianinha e Canguaretama), os Caboclos de Açú, Tapará em Macaíba e Apodi. Não são todos de etnia Potiguara, em Tapará a etnia é Tapuia e em Apodi são Tapuias Paiacús. Mas, com certeza, há muito mais índios que ainda não estão organizados no movimento indígena do estado. Em cada comunidade é uma realidade diferente, são pessoas que trabalham em atividades diferentes, estudam, cuidam da família,

se divertem. Mas uma coisa é igual: o respeito pela terra, pela comunidade e pelos parentes. O Amarelão tem ligação direta com a maioria dessas comunidades, nos comunicamos e nos relacionamos muito bem. Também temos contato com várias organizações indígenas, como, por exemplo, a APOINME [?] Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, organização essa que representei como Coordenadora Microrregional no RN, de 2009 a 2015.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Ser indígena nos dias de hoje é ter que ser resistente! O Estado brasileiro tem uma dívida de 516 anos com os povos nativos desse território e não faz grandes esforços para pagar essa dívida. Enquanto nossos gestores forem apenas massa de manobra da elite opressora e dominadora (os bancos, os empresários, empreiteiras, agronegócio, bancada ruralista e religiosa, entre outros), a política indigenista nunca vai sair do papel.

A FUNAI, apesar das muitas falhas (comuns, infelizmente, a todos os órgãos públicos no Brasil), tem um papel importantíssimo na luta pela promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas. Não é de hoje que o Governo brasileiro vem tentando sucatear, descredibilizar e criminalizar a FUNAI, para assim enfraquecer os movimentos indígenas e tentar concluir o processo de “assimilação” dos povos indígenas que iniciou com a colonização no século XVI. Enfraquecendo a FUNAI para que não consiga desenvolver as ações junto aos povos indígenas, o governo consegue colocar a população indígena contra o órgão, e assim facilita, para os maiores interessados, a extinção da FUNAI. Não podemos esquecer que a FUNAI é um órgão público, e que

devemos cobrar direto do governo que a mesma tenha condições de atender às demandas dos povos indígenas. Poderia começar com o Presidente da FUNAI sendo escolhido pelos representantes indígenas dentro do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), e não pela bancada ruralista. Acredito que o movimento indígena nacional não vá permitir que a FUNAI seja extinta, como propõem vários projetos de lei apresentados e em tramitação no Congresso Nacional.

Acho que os próprios indígenas devem se conscientizar de que essa prática da tutela oferecida/proposta pelo Estado brasileiro já deu provas suficientes de que não é boa para nós, uma vez que coloca os indígenas como incapazes. Respeito a opinião dos que querem ser tutelados, mas não entendo nem concordo de forma alguma (nem meu povo) com essa tutela.

Tenho muitas opiniões sobre a alteração do Estatuto do Índio, começando por retirar do antigo Estatuto a parte que considera os povos indígenas como “relativamente capazes”, sendo tutelados por um órgão estatal; e o seu primeiro artigo, que tinha como objetivo “integrar os índios à sociedade brasileira, assimilando-os de forma harmoniosa e progressiva”. A Constituição de 1988, dando um novo tratamento aos povos indígenas, reconhece sua identidade cultural própria e diferenciada (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições), assegurando a eles o direito de permanecerem índios, e explicita como direito originário (que antecede a criação do Estado) o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam (segundo a Constituição, cabe ao Estado zelar pelo reconhecimento desses direitos coletivos e passa, então, da tutela de pessoas para a tutela de direitos). A revisão do Estatuto do Índio é uma das principais demandas dos povos indígenas hoje no Brasil, ao lado da demarcação das terras.

O RN ainda não tem nenhuma Terra Indígena demarcada. As comunidades ainda têm muitos problemas, e a maioria desses problemas se agravam a cada dia. As políticas públicas específicas para os povos indígenas já criadas (de Saúde – SESAI, SASISUS; Educação – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena, Territórios Etno-educacionais; Meio Ambiente – como a PNGATI), devem ser executadas de acordo com as demandas específicas de cada povo, de cada território, e isso não está sendo respeitado. A demarcação das terras vem sofrendo ataques a cada dia, a exemplo da PEC 215 e da Portaria 303. O que estamos vendo é que o mesmo Estado que cria e assegura direitos, viola e tira esses direitos. Os indígenas já deram provas (diárias) mais que suficientes, à sociedade e ao Estado brasileiro, de que têm muito a ensinar à sociedade brasileira e, no entanto, somos vistos como um problema ou ignorados. Mas nem isso vai fazer com que os movimentos e organizações indígenas desistam de lutar pelos seus direitos. Atualmente só temos a comemorar o fato de ainda estarmos vivos e de termos forças para lutar.

São várias especificidades da questão feminina, em se tratando das mulheres indígenas. No RN, a maioria das lideranças indígenas são mulheres que lutam por direitos e políticas específicas, que participam de movimentos feministas, que atuam na defesa dos direitos do seu povo. E cada uma dessas mulheres, em suas comunidades/aldeias, aponta para especificidades locais e luta para conquista e garantia de direitos que vem sendo negados pelo Estado brasileiro. A criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) representou enorme avanço para o movimento indígena, como um espaço que ainda está sendo construído. A luta não vai ser fácil para que esse conselho torne, de fato, um espaço de tomada de decisão, de consulta prévia, e não apenas de deliberação.

PATRIMÔNIOS

Sou artesã, mas não tenho produzido por falta de tempo. Nós trabalhamos com colares, pulseiras, brincos, filtros dos sonhos, tiaras, maracás, com sementes e fio encerado; produzimos para nosso uso e comercializamos na própria comunidade quando recebemos visitas de outros grupos e em algumas feiras de artesanato fora da comunidade. São poucas pessoas na comunidade que produzem esse tipo de artesanato. Não é necessariamente uma fonte de renda, uma vez que não produzimos direto para comercializar. Temos um grupo de artesanato indígena na comunidade Motyrum Caaçú; em 2008 fomos premiados pelo Prêmio Culturas Indígenas/Minc, edição XicãoXukuru.

Nós, lideranças da minha comunidade, estamos estudando junto com alguns parceiros, professores de universidades públicas, nas áreas de História, Arqueologia e Antropologia, com o objetivo de construir um projeto, na Associação Comunitária do Amarelão, para organizarmos vários documentos/monumentos que contam a história da comunidade e criarmos um museu aberto às pessoas de fora da comunidade, mas sobretudo disponível às nossas crianças e jovens. Sem as mulheres não existe história. Não podemos pensar em patrimônio histórico ou cultural de um povo sem considerarmos o importante papel da Mulher na sociedade e na construção e manutenção da História. Buscamos uma forma de disseminar e perpetuar a Cultura, os costumes, as crenças. Para nós não é só um termo, significa uma troca de saberes, de experiências, uma multiplicação de conhecimentos. O patrimônio é rico, amplo, inter/multicultural e, ao mesmo tempo, pouco valorizado pelas sociedades e pelas políticas de promoção cultural.

VANESSA WATANABE RAPANUI

POVO:

RAPANUI

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**GRADUADA EM HISTÓRIA NA
UNIVERSIDADE DO CHILE, COM
MENÇÃO EM ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA E MESTRE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL PELA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO CHILE**

CONTRAPONTO

Rapanui

Vanessa Watanabe¹

Meu nome é Vanessa Watanabe, mãe, historiadora, mestre em patrimônio cultural e comunicação audiovisual. E tenho me dedicado há alguns anos a estudar a cultura de Rapa Nui, lugar ao qual pertence minha família.

Durante o século XVII, com a chegada dos primeiros navios europeus, as operações escravagistas no começo dos anos de 1860 (Maude, 1981) levaram aproximadamente 800 pessoas (Edwards, 1918). Os missionários, as doenças, o estabelecimento de colonos e as modificações territoriais, somado à introdução de costumes e objetos exógenos ao seu sistema social, produziram transformações em todo o âmbito em Rapa Nui. Tudo isso desempenhou um importante papel na fragmentação da memória local, rompendo o vínculo ancestral dos Rapanui com o território, obrigando a população a realizar novas atividades e abandonar tradições antigas, modificando sua religião, ideias, costumes e idioma (Toro, 1982).

O povo Rapanui foi transferido de suas terras ancestrais para um território reduzido, conhecido como Hanga Roa (baía longa), no qual os usos cerimoniais de certas paisagens e objetos foram modificados. Somados a isso, deve-se considerar que a transmissão oral de saberes e a criação de objetos rituais diminuiu, em ampla medida, devido à obrigação de falar em outra língua e às trocas com diversos sujeitos, provocando a letargia da produção, da troca e a paulatina negligência de suas funções originais.

¹ Tradução por Aline Moreira Magalhães (PCI/MAST)

No que diz respeito à conceptualização do patrimônio cultural, hoje em dia é possível entendê-lo como um processo cultural flexível, construído pela comunidade. Assim, o patrimônio tem um caráter de testemunho e contribui para vincular as diferentes gerações e a preservar sua memória, nesse caso, afetada profundamente pelo colonialismo. Portanto, essa ideia de construção comunitária poderia estimular a revalorização da cultura, usando suas próprias práticas para valorizá-la, recuperando seu passado e identidade, para “parar o tempo e bloquear o trabalho do esquecimento” (Nora, 2008:34).

Francois Choay (2007), historiadora francesa, critica a visão eurocêntrica do patrimônio, por conceituá-lo segundo seu valor museológico e comemorativo para o Estado, e não como suporte de memória para a comunidade, que busca construir seus lugares de memória (Nora, 2008). Por isso, atualmente é preciso ver a comunidade como construtora de patrimônio, buscando sua própria identidade e memória (Dormaels, 2012). A partir de uma perspectiva atual, Mathieu Dormaels, especialista em patrimônio, o concebe em um contexto em que a globalização tem gerado uma revalorização do local como base da identidade e do empoderamento, onde se reconhecem e se valorizam os suportes que representam sua história e identidade.

Dormaels (2012) problematiza a relação entre comunidade, identidade e patrimônio como construção social, devido à legitimação que adquire a comunidade por meio do processo de patrimonialização, reconhecendo suas práticas culturais, idiomas e tradições que reconstroem sua memória coletiva. O patrimônio cultural Rapanui se encontra, portanto, em um presente ainda de permanente conflito, diante do discurso estatal que desconsidera a agên-

cia Rapanui. Mas, a permanente relação com o passado de sua comunidade permite a rememoração e a continuidade de certas expressões, que apesar da intervenção que ocorre desde o século XVIII, seguem manifestando o interesse pela manutenção de uma identidade Rapanui própria.

Em Rapa Nui, como princípios básicos de sua concepção patrimonial, se encontram o mana (energia vital) e tapu (proibições), pois o patrimônio em Rapa Nui contém e projeta o mana dos tupuna (ancestrais), e por conseguinte os tapu, que são cláusulas culturais que os protegem (Métraux, 1937). Ambos proporcionam modelos de conduta humana e a permanência de algumas delas estabelecidas desde épocas antigas, expressas oralmente. Isso faz com que sigam vigentes para o narrador, porque se localiza em seu mundo presente, em lugares reais, sendo o elemento audível e/ou tangível que respalda outros relatos.

No presente, dentro da comunidade, foram geradas ações que buscam preservar e recriar a identidade Rapanui. Dentre as manifestações patrimoniais atuais, estão as tradições orais, música, dança, também considerando as relações sociais e outros saberes, que atualizam seus saberes antigos. Um problema nesse processo é a progressiva perda e/ou hibridização da língua Rapanui, a portadora principal de sua cosmovisão. Ainda assim a comunidade se mantém em constante evolução, reivindicando seu status como “cultura viva”, como uma forma de empoderamento, reconhecimento e legitimação, empregada, nesse sentido, como ferramenta de desenvolvimento.

TEOR TESTEMUNHAL

Priscila Faulhaber

As experiências relatadas pelas pesquisadoras indígenas envolvem tomadas de posição de indivíduos com relação ao campo de relações em que suas trajetórias se inserem. Uma vez que sua condição étnica institui sua existência às margens da cidadania, expressam inquietações ou reivindicações no contexto de direitos envolvendo aspectos éticos da ação humana. Neste sentido, depoimentos de universitárias indígenas publicados neste livro expressam seu teor testemunhal.

Na trilha de Veena Das, (2011:11/12) toma-se o testemunho como “lugar analítico a partir do qual escrever” sobre vivências subjetivas relacionadas com a formação do eu. Sem que a abordagem aqui cogite adentrar em estatísticas e comparações com base em generalizações de grande alcance, muitas correlações evidenciam-se a cada passo da leitura desses depoimentos.

Os testemunhos escritos apresentados neste livro abraçam problemas relacionados à política indigenista, movimentos étnicos, atores do indigenismo. No exercício da atividade política, os atores do movimento indígena e indigenista buscam formas comunicativas, como as assembleias indígenas. A ação comunicativa, no entanto, em grande parte se alimenta de sonhos e utopias, que são o outro lado de práticas relacionadas com a inserção na luta pelo acesso ao poder simbólico em um terreno manipulado por grupos de interesse que detêm o controle dos recursos econômicos, e mesmo a possibilidade de exercer violência direta. Suas práticas estão imer-

sas em uma situação histórica caracterizada pela predominância do poder coercitivo. Trata-se, deste modo, de considerar processos políticos nos quais a violência é intrínseca e que condicionam as formas de expressão.

Sendo assim, os testemunhos manifestam como as pesquisadoras, com vínculos étnicos e sociais com os seus grupos de referência, experimentam de diferentes modos o mundo em que vivem e no qual visualizam seus projetos e práticas. A realidade é infinitamente mais complexa que qualquer campo bipolar, envolvendo múltiplos lugares de dominação e experiências de luta contra a opressão. Em tais estruturas de sentimento e subjetividades sociais (Williams 1977) estabelecem-se veículos culturais que condicionam as práticas enquanto resultado de cadeias de sentido interconectado historicamente, cujo exame abrange domínios da cultura.

Quando nos depoimentos aparece o termo “parente”, não se trata apenas de pessoas com relações consanguíneas. A palavra abrange vínculos de afinidade que incluem não apenas uma única etnia, mas, no terreno da etnicidade, percorrem percursos das lutas indígenas, mergulham no mundo da cidadania, e, por que não, da política nacional. É relevante abraçar, como contraponto, a saudação de Vanessa Watanabe que, ao discorrer sobre a história Rapanui, mostra como o testemunho escrito impregna-se de nexos patrimoniais, que inegavelmente ultrapassam o solo nacional brasileiro, reconhecendo os liames fraternais que unem povos indígenas de diferentes procedências.

Partimos da postura ética que não se conforma com a ideia de que cada um possa se satisfazer com o conhecimento a partir de si próprio. Na busca de visualização de horizontes práticos em que expectativas de diálogo podem se concretizar, devemos estar aber-

tos para a percepção de como o rosto – lembrando aqui Emanuel Levinas - ou a visada do interlocutor pode modificar a nossa visão de mundo. Trata-se assim, da construção da eticidade, considerando, no que pensamos, a compreensão do que as pessoas dizem. Trata-se da conduta existencial em que a tentativa de diálogo pode mostrar como a nossa incompletude pode ser preenchida com horizontes diferentes.

Tal mirada não pode deixar de ser interdisciplinar, e para isto é importante considerar que as autoras dos depoimentos editados neste livro abraçaram diferentes disciplinas, como biologia, história, administração, ecologia, educação.

ROTEIRO

1- HISTÓRIA DE VIDA

Conte sobre sua família.

Como ser mulher interfere na sua biografia?

Conte sobre o seu povo.

Conte como vê o seu povo com relação aos outros povos.

Conte sobre o caminho que você seguiu.

2- ESTUDOS

Como você se interessou pelos estudos?

Está seguindo a carreira que sempre quis?

Como ser mulher interfere sobre suas decisões acadêmicas?

Que problemas você já pesquisou em termos acadêmicos?

Qual o seu problema de pesquisa em termos acadêmicos atualmente?

Quais os seus planos para o futuro?

3- DIREITOS INDÍGENAS

O que você pensa da política indigenista?

Da FUNAI? Há alguma perspectiva para a FUNAI? Da tutela?

Você tem alguma opinião sobre o que deve ser o projeto do novo Estatuto do Índio?

O que você pensa sobre os direitos dos povos indígenas(território, saúde, educação)?

O que você pensa sobre os movimentos e organizações indígenas?

A seu ver, qual a especificidade na questão feminina?

Quais as perspectivas da cidadania indígena?

O que você pensa sobre a formação do conselho indigenista e qual as perspectivas de organização hoje?

4- PROPRIEDADE INTELECTUAL, CULTURA E PATRIMÔNIO

Como vê a atuação de pesquisadores entre os povos indígenas?

Como vê a atuação de empresas entre os povos indígenas?

Você já teve alguma relação com artes ou artesanatos indígenas?

Como você se vê no campo do patrimônio?

Como você se vê no campo dos museus?

Qual o lugar da mulher nestes campos?

O que significa a produção cultural indígena para o seu povo?

Como vê o patrimônio indígena nas sociedades nacionais?

5- DESEJARIA DISCORRER SOBRE ALGO MAIS?



ABA PUBLICAÇÕES